



Demonstrações financeiras **2023**



Rio Paranaapanema Energia S.A.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
PERFIL DA COMPANHIA	5
GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL	10
DESEMPENHO OPERACIONAL	12
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	14
Principais indicadores	14
Custos e outros resultados operacionais	15
Ebitda e margem Ebitda	16
Resultado financeiro	17
Endividamento	18
Lucro líquido.....	18
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
Balanços patrimoniais.....	20
Demonstrações do resultado	22
Demonstrações do resultado abrangente	23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	24
Demonstrações dos fluxos de caixa	25
Demonstrações do valor adicionado	26
Notas explicativas da Diretoria para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022	27
1. Informações gerais	27
2. Apresentação das demonstrações financeiras	32
3. Resumo das políticas contábeis materiais	33
4. Gestão de riscos do negócio	34
5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.....	38
6. Clientes	39
7. Tributos a recuperar/recolher	41
8. Depósitos judiciais	41
9. Investimentos.....	42
10. Imobilizado.....	43
11. Intangível.....	47

12. Fornecedores.....	49
13. Encargos setoriais	51
14. Debêntures.....	52
15. Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	55
16. Partes relacionadas	55
17. Provisões para riscos.....	57
18. Planos de pensão e aposentadoria	62
19. Patrimônio líquido	66
20. Receita operacional líquida	69
21. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede.....	70
22. Resultado financeiro	72
23. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos.....	73
24. Lucro por ação	76
25. Instrumentos financeiros.....	77
26. Seguros.....	79
27. Transações não caixa.....	79
28. Compromissos	80
Membros da Administração	81
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e Consolidadas.....	82
Parecer do Conselho Fiscal	86
Declaração do Conselho de Administração.....	87
Declaração da Diretoria.....	88

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia” ou “Rio Paranapanema”) subsidiária indireta da China Three Gorges Brasil Energia S.A. (“CTG Brasil”) submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira.

As Demonstrações Financeiras foram submetidas à auditoria independente, prestada pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., atendendo à Resolução CVM nº 162/22. Também em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras, assim como pessoas a ela ligadas, não prestaram quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa.

O desempenho econômico, social e ambiental da Rio Paranapanema é divulgado de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil, documento elaborado de acordo com as Normas GRI e que abrange indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 consolidou-se como um ano positivo para a companhia, resultante de nossa disciplina na gestão financeira e na condução do negócio, bem como pela recuperação e normalização do cenário hidrológico brasileiro.

A estratégia de comercialização de energia e a eficiência no controle de custos e despesas contribuíram para que o lucro líquido da companhia apresentasse crescimento de 40,5% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 341,6 milhões.

A eficiência da área de gestão foi, mais sua vez, certificada pelas normas ISO. Ainda, buscando a simplificação da estrutura e a redução de custos, executamos, em 2023, a incorporação da antiga controlada direta, Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda, pela companhia.

Além disso, nossas operações foram beneficiadas por um regime de chuvas acima da média. A consequente adoção de políticas de maximização da geração hidráulica pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) possibilitou um melhor aproveitamento dos recursos. Nossas usinas totalizaram 11.100 GWh de geração hidrelétrica, uma expansão de 63,94% em relação ao desempenho de 2022, com uma disponibilidade de 98,05%, índice superior ao de referência do órgão regulatório. Nesse quesito, tiveram especial contribuição as usinas de Jurumirim e Chavantes, que apresentaram 116,3% e 126,9% de aumento em geração, respectivamente.

Do ponto de vista regulatório, permanecemos como interlocutores ativos na discussão que envolve todo o setor, sobre uma evolução nas regras de renovação das concessões das usinas hidrelétricas. Mesmo tendo prazos confortáveis, trata-se de um tema de interesse direto da Rio Paranapanema, considerando as expectativas de investimento a longo prazo.

Finalizo essa mensagem enfatizando que os resultados e conquistas desse ano se tornaram possíveis graças à dedicação de todos que contribuem para o Rio Paranapanema. Queremos agradecer nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros de negócios por mais um ano de avanços no nosso propósito de gerar energia limpa e renovável em larga escala.

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva

Diretor-Presidente da Rio Paranapanema Energia S.A

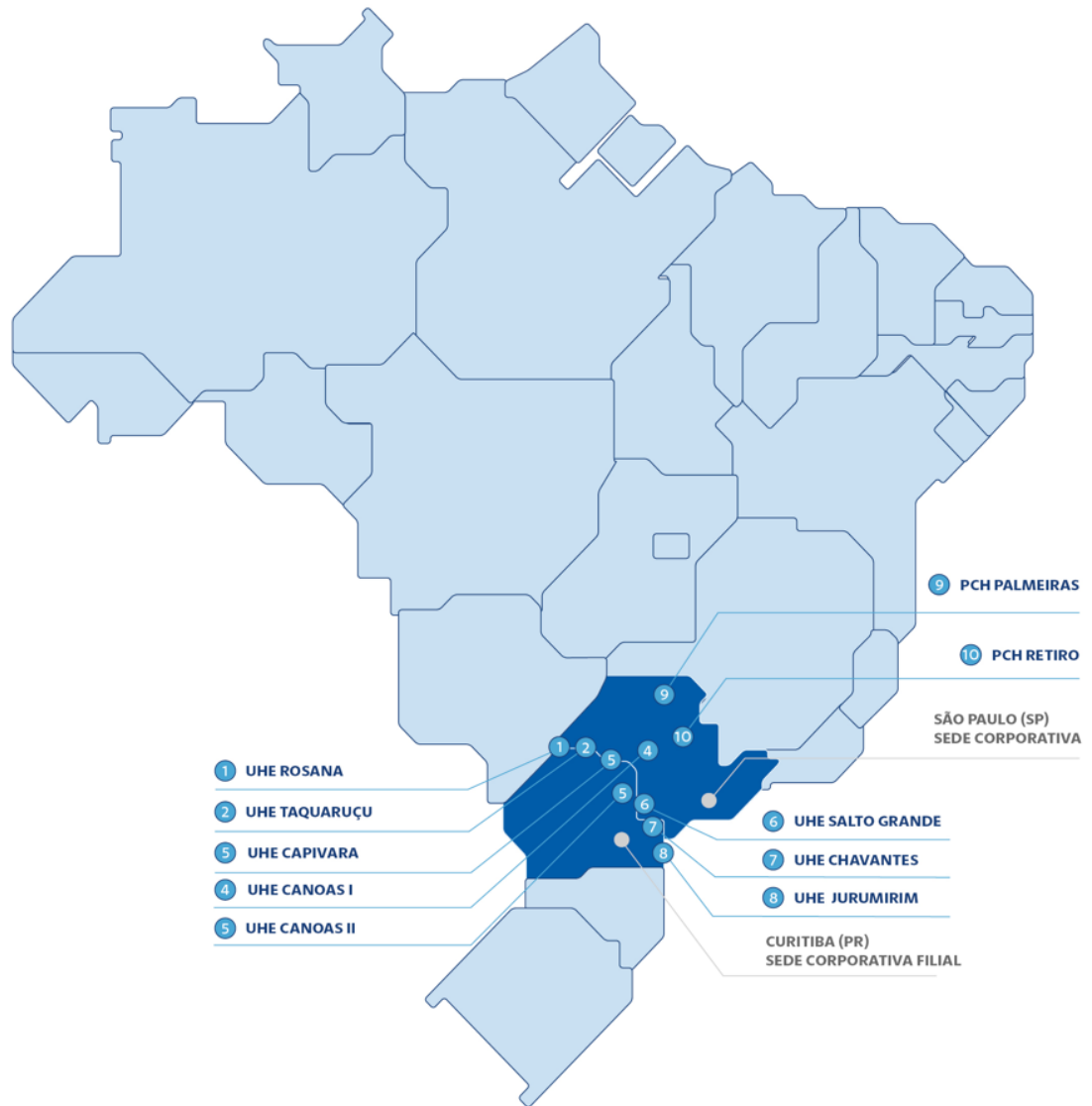
PERFIL DA COMPANHIA

Subsidiária indireta da CTG Brasil, a Rio Paranapanema Energia S.A. controla e opera oito UHEs ao longo do rio Paranapanema, entre os estados de São Paulo e Paraná, e duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), localizadas no Rio Sapucaí, nas cidades de Guará e São Joaquim da Barra, no estado de São Paulo. Esses dez ativos somam 2.265,3 MW de capacidade total instalada.

A Companhia possui ações listadas na B3 e foi constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas. Sua estrutura de governança é independente e suas atividades de suporte são realizadas pelo Grupo, em conformidade com o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As usinas são operadas com base em dois contratos de concessão. O Contrato de Concessão 76/99 abrange as hidrelétricas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, pelo período de 30 anos, mais a extensão nos termos da Lei 14.052/2020, encerrando-se em 2032. O segundo contrato, número 183/98, regula a concessão dos aproveitamentos hidrelétricos das usinas Canoas I e II, originalmente até 2033, mas atualizado para 2037, também em virtude da extensão nos termos da lei 14.052/2020, das quais a Rio Paranapanema tem direito a 49,7% da energia gerada, e os outros 50,3% pertencem a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).

Mapa de operações da Rio Paranapanema



Diretrizes de atuação

Por meio do Programa Corporativo de Compliance, a Rio Parapanema assegura o respeito à ética e a integridade que norteiam seus valores e decisões e constituem a base de suas atividades e relacionamentos. Atualizados regularmente em treinamentos sobre os padrões Código de Ética e Conduta, todos os colaboradores assumem responsabilidades por um ambiente fundamentado na ética profissional e observâncias às políticas internas e leis aplicáveis aos negócios.

Os treinamentos também preveem a conformidade de 100% dos colaboradores às normas adotadas pela Companhia em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2013) e à proteção dos dados pessoais.

O compromisso com a ética e a integridade foi reafirmado em 2023 pela atribuição da ISO 37301 e 37001 ao Programa Corporativo de Compliance, conferindo maior robustez ao sistema de gestão de riscos que orienta a Rio Parapanema.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

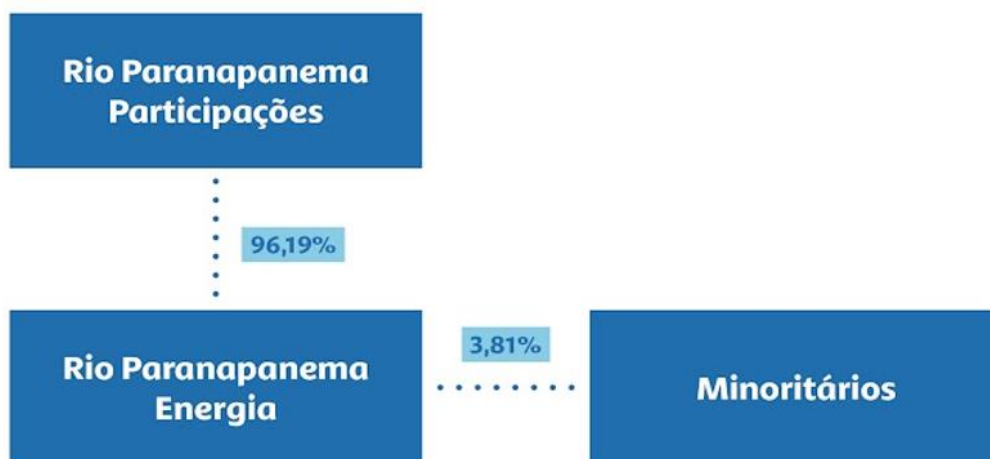
Sociedade anônima de capital aberto e concessionária de uso de bem público na condição de produtora independente, a Rio Paranapanema Energia S.A. tem 3,81% de seu capital social negociado na B3, sob os códigos GEPA3 e GEPA4. Os 96,19% restantes são detidos pela Rio Paranapanema Participações S.A., cujo capital social é formado por 66,67% de participação da CTG Brasil e 33,33% detidos pela Huikai Clean Energy.

Tendo em vista uma maior eficiência, visando simplificar a estrutura societária da Companhia, agilizando processos administrativos e operacionais e reduzindo custos, foi executada em 2023 a incorporação da Rio Sapucaí-Mirim Energia pela Rio Paranapanema, com pedido de transferência de outorga de operações das PCHs. A operação não implicou alteração de participação ou equivalência acionária nem aumento de capital em razão da Sapucaí-Mirim ser uma subsidiária integral.

A estrutura de governança da Rio Paranapanema é formada por um Conselho de Administração (CA), uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal de caráter não permanente, cuja instauração ocorre a pedido dos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária, que acontece desde 2006 ininterruptamente.

Órgão máximo de governança, o CA é formado por até cinco membros, sendo um deles eleito pelos colaboradores. Entre as suas funções está indicar os integrantes da Diretoria Executiva para mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Em 2023, o conselheiro José Renato Domingues apresentou sua carta de renúncia ao Conselho de Administração.

Estrutura societária



Estrutura de governança corporativa (em 31/12/2023)

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Zhang Liyi	Presidente do Conselho
Evandro Leite Vasconcelos	Membro efetivo
Monica Lulling	Membro efetivo
Autair Carrer	Membro suplente

Diretoria Estatutária

Nome	Cargo
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Diretor-Presidente
Márcio José Peres	Diretor
Rodrigo Teixeira Egreja	Diretor
Vitor Hugo Lazzareschi	Diretor

Conselho Fiscal

Nome	Cargo
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro	Presidente
François Moreau	Membro efetivo
Marcelo Curti	Membro efetivo
Ary Waddington	Membro suplente
Edgar Massao Rafaelli	Membro suplente
Luis Antonio Esteves Noel	Membro suplente

CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

O ano de 2023 se mostrou desafiador para o mercado de dívidas, afetado por uma sequência de eventos empresariais negativos. Esses fatos propiciaram um clima de aversão a riscos o que acarretou ao encarecimento do crédito para todos os setores da economia. Os spreads ficaram bastante elevados mesmo para os players com ratings altos, como é o caso da Rio Parapanema.

No cenário político nacional, o ano foi marcado pelo início de um novo governo e avanços na reforma fiscal, com as implicações conjunturais trazidas por essas circunstâncias.

Em relação ao contexto setorial, mesmo apresentando indicadores melhores que os previstos e a aprovação de uma nova estrutura fiscal para o País, permanecem incógnitas para os investimentos e preços de energia.

O Produto Interno Bruto (PIB) encerrou 2023 com um acumulado de 2,4%. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando a inflação oficial, registrou inflação acumulada de 5% no ano. Outro índice de inflação importante para a Companhia que é o IGP-M registrou um acumulado de -3,18% em 2023.

A queda da inflação impactou diretamente a taxa de juros praticada no ano, quando a Selic (taxa básica de juros estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional do Banco Central fechou em dezembro em 11,8%, uma redução de 2% em relação a dezembro de 2022.

Os resultados do ano, acima do previsto, ocasionaram mudanças nas previsões para 2024. O Boletim Focus divulgado em janeiro pelo Banco Central mantinha a projeção de 2,9% para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil de 2023 e de 1,52% para 2024.

Indicadores macroeconômicos	Triênio		
	2021	2022	2023
IGP-M	17,78%	5,45%	-3,18%
IPCA	10,06%	5,79%	4,62%
Taxa de Câmbio (USD)	5,580	5,220	4,890
Taxa Selic	9,25%	13,75%	11,75%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	5,32%	7,20%	6,55%

Contexto regulatório

A Rio Paranapanema permanece atenta – e contribuindo em discussões com seus pares e associações setoriais – ao que se refere às demandas regulatórias que impactam o futuro da indústria hidrelétrica no Brasil.

As usinas da Rio Paranapanema obtiveram em 2022 a extensão dos prazos de vigência da outorga de concessão por homologação do ressarcimento dos efeitos do GSF (Generation Scaling Factor). A decisão decorreu da compensação prevista na Lei 14.052 de 2020.

Em outubro de 2023, a Resolução Autorizativa 14.896/2023 alterou o término do prazo de concessão da PCH Palmeiras. Foram acrescentados 2.555 dias em sua concessão, com nova data de vigência, 05/02/2049.

As novas datas estão informadas no quadro a seguir:

Novos prazos de concessão após acordo GSF

Contrato de concessão Aneel / Resolução autorizativa Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão ou autorização	Vencimento da concessão ou autorização
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	101,0	42,5	22/09/1999	17/04/2032
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	414,0	168,9	22/09/1999	30/03/2032
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	73,8	49,7	22/09/1999	11/05/2032
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	Paranapanema	643,0	328,6	22/09/1999	21/04/2032
Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	Paranapanema	525,0	195,4	22/09/1999	19/04/2032
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	354,0	173,6	22/09/1999	15/04/2032
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Paranapanema	82,5	51,5	30/07/1998	29/07/2037
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	72,0	43,4	30/07/1998	26/07/2037
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	21/11/2034
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	05/02/2049
					2.297,8	1.069,8		

DESEMPENHO OPERACIONAL

A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paranapanema totalizou 11.100 GWh em 2023, o que representa um aumento de 63,94% em relação ao desempenho do ano anterior. A disponibilidade do parque gerador, que foi de 98,05% em 2023, manteve-se acima dos índices de referência do órgão regulatório.

Esse incremento se deve, principalmente, à melhora significativa do cenário hidrológico observada, não só na bacia do Paranapanema, mas em praticamente todas as bacias do Sistema Interligado Nacional em 2023. Houve chuvas acima da média durante todo o período úmido, resultando na adoção de políticas de maximização da geração hidráulica pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que visavam a redução dos vertimentos e, conseqüentemente, um melhor aproveitamento dos recursos.

A área de gestão de ativos da Rio Paranapanema obteve a recertificação da ISO 55001, um padrão internacional que especifica os requisitos para implementar e manter um sistema integrado capaz de otimizar os resultados alcançados, garantindo maior competitividade diante do mercado.

A energia gerada pela Rio Paranapanema é comercializada por uma área específica, cujos processos foram recertificados pela ISO 9001 em 2023 e novamente se mostraram eficazes. Em 2023, a Companhia vendeu 7.747,1 GWh de energia, sendo 100% direcionados ao Mercado Livre (ACL).

Geração de energia (GWh)

Usinas	Triênio			Variação
	2021	2022	2023	
UHE Canoas I	254,1	305,9	439,3	43,6%
UHE Canoas II	199,0	241,5	400,1	65,7%
UHE Capivara	1.740,5	2.283,6	3.482,8	52,5%
UHE Chavantes	498,9	721,7	1.637,7	126,9%
UHE Jurumirim	209,0	212,6	459,9	116,3%
UHE Rosana	1.159,2	1.337,9	1.966,7	47,0%
UHE Salto Grande	213,7	268,0	429,0	60,1%
UHE Taquaruçu	1.072,7	1.308,0	2.157,2	64,9%
PCH Palmeiras	15,1	44,1	55,4	25,7%
PCH Retiro	19,2	47,0	71,4	52,1%
Total	5.381,4	6.770,3	11.099,5	63,9%

Índice de disponibilidade^{1,2} (percentual)

Usinas	Triênio			Limite regulatório
	2021	2022	2023	
UHE Canoas I	97,22%	97,61%	97,56%	94,58%
UHE Canoas II	97,40%	96,91%	96,92%	94,58%
UHE Capivara	98,30%	98,27%	98,53%	94,76%
UHE Chavantes	98,35%	98,30%	98,56%	94,76%
UHE Jurumirim	98,90%	98,25%	98,14%	94,58%
UHE Rosana	97,08%	97,10%	97,59%	94,76%
UHE Salto Grande	97,27%	96,33%	97,01%	94,58%
UHE Taquaruçu	96,63%	97,42%	97,72%	94,76%
Consolidado (média)	97,66%	97,76%	98,05%	94,74%

1. O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: $ID = (1-TEIP) \times (1-TEIFa)$. Os valores apresentados se referem ao mês de dezembro de cada ano.

2. As PCHs não fazem parte do cálculo do Índice de Disponibilidade porque não são operadas pelo ONS e não tem limite regulatório.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do exercício base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Conforme o fato relevante divulgado em 22 de agosto de 2023 em 01 de dezembro de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a incorporação do acervo líquido contábil da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (Incorporada), avaliado na data base de 31 de agosto de 2023, através do laudo de avaliação de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para efeito de comparação dos saldos entre Ativos e Passivos, serão utilizados os números da Controladora para o exercício de 2023 e do Consolidado para 2022, e para o comparativo dos saldos do Resultado serão utilizados os números Consolidados de 2023 e 2022.

Principais indicadores

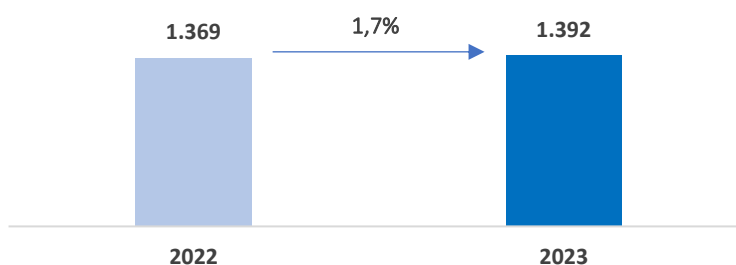
	Consolidado		Variação
	2023	2022	
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	1.569.197	1.580.776	-0,7%
(-) Deduções à receita operacional	(177.329)	(211.840)	-16,3%
Receita operacional líquida	1.391.868	1.368.936	1,7%
(-) Custos e outros resultados operacionais	(897.191)	(889.011)	0,9%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	494.677	479.925	3,1%
Ebitda	761.176	757.882	0,4%
Margem Ebitda - %	54,7%	55,4%	-0,7 p.p.
Resultado financeiro	(37.992)	(154.323)	-75,4%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	456.685	325.602	40,3%
Lucro líquido do exercício	341.617	243.225	40,5%
Margem líquida - %	24,5%	17,8%	6,8 p.p.
Quantidade de ações	94.433	94.433	0,0%
Lucro líquido básico e diluído por ação (Controladora)	3,61756	2,57564	40,5%

A receita operacional líquida do ano de 2023 foi de R\$ 1.391,9 milhões, que representa um crescimento de R\$ 22,9 milhões ou +1,7% em relação ao ano anterior. Sobre essa variação vale destacar as seguintes variações na receita bruta:

- Redução de R\$ 75,3 milhões na receita bruta do ambiente de comercialização livre (ACL), principalmente devido à redução nos preços praticados para novos contratos bilaterais de suprimento de energia, em função das condições de mercado;

- Elevação de R\$ 42,5 milhões na receita bruta dos mecanismos de realocação de energia (MRE), uma vez que, dada às condições favoráveis do cenário hidrológico, houve aumento na geração de energia das Usinas da Companhia;
- Aumento de R\$ 21,2 milhões na receita bruta do Mercado de Curto Prazo (MCP), principalmente em razão maior volume de energia liquidado, mesmo considerando a redução nos preços de energia spot (PLD).

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



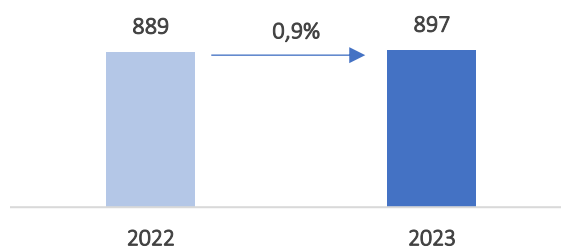
Custos e outros resultados operacionais

	Consolidado		
	2023	2022	Varição
Pessoal	(89.918)	(95.370)	-5,7%
Material	(7.862)	(8.393)	-6,3%
Serviços de terceiros	(46.011)	(43.243)	6,4%
Energia comprada	(142.173)	(180.214)	-21,1%
Depreciação e amortização	(266.499)	(277.957)	-4,1%
Encargos de uso da rede elétrica	(194.051)	(178.555)	8,7%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(66.871)	(36.507)	83,2%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(8.415)	(7.585)	10,9%
Seguros	(9.989)	(9.678)	3,2%
Aluguéis	(340)	(549)	-38,1%
Provisões para riscos	(55.158)	(477)	11.463,5%
Compartilhamento de despesas	(12.302)	(13.300)	-7,5%
Perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos	-	(30.518)	-100,0%
Outros	2.398	(6.665)	136,0%
	(897.191)	(889.011)	0,9%

Os custos e outros resultados operacionais apresentaram uma elevação de R\$ 8,2 milhões, quando comparado com o exercício anterior. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Na rubrica de provisões para riscos, cabe um destaque para o evento não recorrente relativo ao reconhecimento de R\$ 48,6 milhões como provisão para provável futuro desembolso a partir de andamento da ação regulatória que trata sobre o Despacho Aneel nº 288/2002;
- Elevação de R\$ 30,4 milhões na compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH), basicamente em razão da maior geração das Usinas da Companhia na comparação entre os exercícios (10.797 GWh em 2023 vs 6.316 GWh em 2022);
- Redução de R\$ 38 milhões ou 66,8% nos custos com compra de energia, principalmente em virtude das boas condições do cenário hidrológico;
- Efeito positivo de R\$ 30,5 milhões, uma vez que, em 2022, houve reconhecimento de provisão pela reavaliação desfavorável da recuperabilidade de ativos na, então Controlada, Rio Sapucaí-Mirim.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



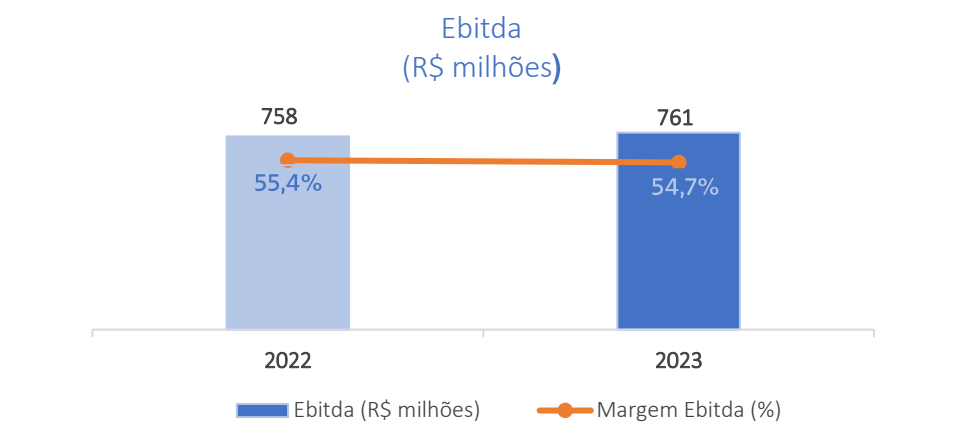
Ebitda e margem Ebitda

	Consolidado		
	2023	2022	Varição
Lucro líquido do exercício	341.617	243.225	40,5%
Imposto de renda e contribuição social	115.068	82.377	39,7%
Resultado financeiro (líquido)	37.992	154.323	-75,4%
Depreciação e amortização	266.499	277.957	-4,1%
Ebitda	761.176	757.882	0,4%
<i>Margem Ebitda</i>	<i>54,7%</i>	<i>55,4%</i>	<i>-0,7 p.p.</i>

O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Diretoria da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda medido em 2023 totalizou R\$ 761,2 milhões o que representa um aumento de R\$ 3,3 milhões ou +0,4% quando comparado ao Ebitda do ano de 2022. Essa variação deu-se principalmente pelo aumento da receita líquida.



Resultado financeiro

	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Receitas			
Rendimento de aplicações financeiras	42.000	35.893	17,0%
Variações monetárias	51.087	11.969	326,8%
Outros	(2.124)	(2.009)	5,7%
	90.963	45.853	98,4%
Despesas			
Juros	(90.853)	(110.409)	-17,7%
Variações monetárias	(34.700)	(81.209)	-57,3%
Outros	(3.402)	(8.558)	-60,2%
	(128.955)	(200.176)	-35,6%
Resultado financeiro líquido	(37.992)	(154.323)	-75,4%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2023 foi negativo em R\$ 38 milhões, representando uma melhora de R\$ 116,3 milhões em relação ao ano de 2022. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Redução de R\$ 68,9 milhões na atualização monetária referente à liminar mantida pela Companhia que discute a redução de garantia física. Essa queda deu-se basicamente em razão da deflação medida no IGP-M em 2023;

Redução de R\$ 38,2 milhões nos juros e variações monetárias incidentes sobre as debêntures da Companhia em razão das amortizações efetuadas e também pela redução do IPCA e CDI na comparação entre os períodos.

Endividamento

	Controladora	Consolidado	Variação
	2023	2022	
Debêntures	755.938	979.230	-22,8%
Curto prazo	327.294	271.877	20,4%
Longo prazo	428.644	707.353	-39,4%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(428.060)	(220.928)	93,8%
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(1.764)	(1.401)	25,9%
Dívida líquida	326.114	756.901	-56,9%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

Ao final de 2023, a dívida líquida apresentou redução de 56,9% ou R\$ 431 milhões na comparação com a posição final de 2022, principalmente em razão das amortizações das dívidas realizadas ao longo do exercício, bem como, em função de um maior saldo de caixa no final dos exercícios.

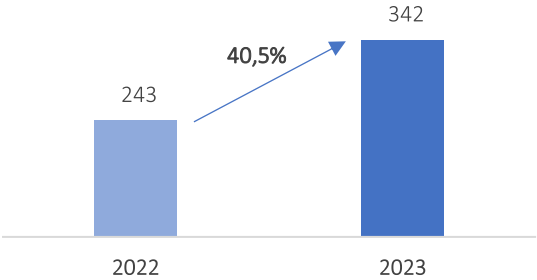
Dívidas	Remuneração	Vencimento	Controladora	Consolidado	Variação
			2023	2022	
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	146.971	-100,0%
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	-	84.876	-100,0%
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	227.239	216.975	4,7%
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	190.441	191.056	-0,3%
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	338.258	339.352	-0,3%
			755.938	979.230	-22,8%

Lucro líquido

Em um ano desafiador, onde o cenário hidrológico positivo mantém os preços de energia em patamares baixos, a Paranapanema apresentou um ótimo desempenho de resultado com destaque para a melhoria no resultado financeiro.

O lucro líquido foi R\$ 341,6 milhões, que representa um crescimento relevante de R\$ 98,4 milhões ou +40,5% em relação ao desempenho obtido no ano de 2022.

Lucro líquido
(R\$ milhões)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado (*)
		2023	2022	2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	428.060	189.709	220.928
Clientes	6	190.437	172.958	175.554
Tributos a recuperar	7	347	6	6
Partes relacionadas	16.3	993	1.883	1.867
Serviços em curso		14.788	23.418	23.418
Outros créditos		10.577	8.956	9.260
Total do ativo circulante		645.202	396.930	431.033
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	1.764	1.401	1.401
Clientes	6	-	804	804
Tributos a recuperar	7	2.409	819	2.358
Tributos diferidos	23.2	158.514	156.023	156.023
Depósitos judiciais	8	67.479	62.846	62.846
Outros créditos		1.247	1.513	1.513
		231.413	223.406	224.945
Investimentos	9	-	228.775	-
Imobilizado	10	2.147.071	2.132.728	2.318.734
Intangível	11	665.367	732.838	742.232
Total do ativo não circulante		3.043.851	3.317.747	3.285.911
Total do ativo		3.689.053	3.714.677	3.716.944

(*) Conforme nota explicativa nº 1.5, devido a incorporação da Controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., a Companhia apresentará apenas o saldo comparativo do consolidado de 2022.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado (*)
		2023	2022	2022
Circulante				
Fornecedores	12	417.315	462.633	463.626
Salários, provisões e contribuições sociais		17.445	18.450	18.896
Tributos a recolher	7	72.838	56.210	56.812
Encargos setoriais	13	31.072	37.548	37.557
Debêntures	14	327.294	271.877	271.877
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	15	380.856	163.156	163.156
Partes relacionadas	16.3	4.621	3.120	3.337
Outras obrigações		2.270	1.418	1.418
Total do passivo circulante		1.253.711	1.014.412	1.016.679
Não circulante				
Fornecedores	12	46.621	36.542	36.542
Encargos setoriais	13	10.270	5.943	5.943
Indenização socioambiental		18.036	18.616	18.616
Debêntures	14	428.644	707.353	707.353
Provisões para riscos	17	97.205	39.693	39.693
Plano de aposentadoria	18	4.490	11.108	11.108
Outras obrigações		7.932	9.398	9.398
Total do passivo não circulante		613.198	828.653	828.653
Total do passivo		1.866.909	1.843.065	1.845.332
Patrimônio líquido	19			
Capital social		839.138	839.138	839.138
Reserva de capital		115.084	115.084	115.084
Reserva legal		167.828	167.828	167.828
Reserva de lucros		471.334	471.192	471.192
Ajuste de avaliação patrimonial		228.760	278.370	278.370
Total do patrimônio líquido		1.822.144	1.871.612	1.871.612
Total do passivo e patrimônio líquido		3.689.053	3.714.677	3.716.944

(*) Conforme nota explicativa nº 1.5, devido a incorporação da Controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., a Companhia apresentará apenas o saldo comparativo do consolidado de 2022.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	20	1.365.524	1.339.038	1.391.868	1.368.936
Custos operacionais					
Pessoal		(76.361)	(80.257)	(78.466)	(83.217)
Material		(6.617)	(6.572)	(7.139)	(7.450)
Serviços de terceiros		(24.811)	(26.940)	(27.708)	(30.326)
Energia comprada	21.2	(141.689)	(178.742)	(142.173)	(180.214)
Depreciação e amortização	10 e 11	(251.437)	(262.138)	(260.860)	(272.492)
Encargos de uso da rede elétrica	21.3	(193.279)	(177.783)	(194.051)	(178.555)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(66.871)	(36.507)	(66.871)	(36.507)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(8.303)	(7.474)	(8.415)	(7.585)
Seguros		(9.808)	(9.521)	(9.989)	(9.678)
Aluguéis		(1)	(1)	(12)	(38)
Provisões para riscos	17.2	(58.064)	(941)	(58.064)	(941)
Outros		(716)	(1.953)	(753)	(2.017)
		(837.957)	(788.829)	(854.501)	(809.020)
Resultado bruto		527.567	550.209	537.367	559.916
Outros resultados operacionais					
Pessoal		(11.452)	(12.153)	(11.452)	(12.153)
Material		(687)	(897)	(723)	(943)
Serviços de terceiros		(17.817)	(12.322)	(18.303)	(12.917)
Depreciação e amortização	10 e 11	(5.639)	(5.465)	(5.639)	(5.465)
Aluguéis		(328)	(511)	(328)	(511)
Reversões de provisões para riscos	17.2	2.906	464	2.906	464
Compartilhamento de despesas	16.4	(10.429)	(11.445)	(12.302)	(13.300)
Perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos		-	-	-	(30.518)
Outros		3.093	(4.638)	3.151	(4.648)
		(40.353)	(46.967)	(42.690)	(79.991)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	9.2	9.719	(22.192)	-	-
		9.719	(22.192)	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		496.933	481.050	494.677	479.925
Resultado financeiro	22				
Receitas		86.226	42.728	90.963	45.853
Despesas		(128.953)	(200.170)	(128.955)	(200.176)
		(42.727)	(157.442)	(37.992)	(154.323)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		454.206	323.608	456.685	325.602
Imposto de renda e contribuição social	23				
Corrente		(117.544)	(100.618)	(120.023)	(102.612)
Diferido		4.955	20.235	4.955	20.235
		(112.589)	(80.383)	(115.068)	(82.377)
Lucro líquido do exercício		341.617	243.225	341.617	243.225
Lucro líquido básico e diluído por ação	24	3,61756	2,57564	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	341.617	243.225
Outros resultados abrangentes do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	6.618	31.080
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	(2.250)	(10.567)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	628	4.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	(214)	(1.659)
	4.782	23.734
Total do resultado abrangente do exercício	346.399	266.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Total do patrimônio líquido
		Capital	Legal	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	839.138	115.084	167.828	471.192	-	269.133	9.237	1.871.612
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	341.617	-	-	341.617
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	-	6.618	6.618
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	-	(2.250)	(2.250)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	-	628	628
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	-	(214)	(214)
	-	-	-	-	341.617	-	4.782	346.399
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	82.412	(82.412)	-	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(28.020)	28.020	-	-
	-	-	-	-	54.392	(54.392)	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(286.009)	-	-	(286.009)
Dividendos prescritos	-	-	-	97	-	-	-	97
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(110.000)	-	-	(110.000)
Juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	45	-	-	-	45
	-	-	-	142	(396.009)	-	-	(395.867)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	839.138	115.084	167.828	471.334	-	214.741	14.019	1.822.144

	Capital social	Reservas			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Legal	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	839.138	115.084	167.828	470.956	-	329.155	(14.497)	1.907.664
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	243.225	-	-	243.225
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	-	31.080	31.080
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	-	(10.567)	(10.567)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	-	4.880	4.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	-	(1.659)	(1.659)
	-	-	-	-	243.225	-	23.734	266.959
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	90.943	(90.943)	-	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(30.921)	30.921	-	-
	-	-	-	-	60.022	(60.022)	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(126.471)	-	-	(126.471)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(76.776)	-	-	(76.776)
Dividendos prescritos	-	-	-	189	-	-	-	189
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)
Juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	47	-	-	-	47
	-	-	-	236	(303.247)	-	-	(303.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	839.138	115.084	167.828	471.192	-	269.133	9.237	1.871.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		454.206	323.608	456.685	325.602
Ajustes em:					
Equivalência patrimonial	9.2	(9.719)	22.192	-	-
Depreciação e amortização	10.3 e 11.3	257.076	267.603	266.499	277.957
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos		-	-	-	30.518
Resultado na baixa do ativo imobilizado / intangível	10.3 e 11.3	244	2.852	244	3.034
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre debêntures	14.4	106.290	144.960	106.290	144.960
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(10.191)	(8.782)	(10.191)	(8.782)
Constituição e variação monetária sobre provisão para riscos	17.2	57.484	2.814	57.484	2.814
Variação monetária referente a liminar CCEE		(37.785)	31.084	(37.785)	31.084
Outras variações		14.736	11.399	14.678	11.386
Varição nos ativos e passivos					
Clientes		(13.308)	15.747	(13.366)	16.717
Partes relacionadas		1.419	(699)	2.158	(552)
Serviços em curso		(1.687)	(6.410)	(1.687)	(6.410)
Depósito judicial		(12)	107	(19)	107
Fornecedores		(7.562)	(110.319)	(8.527)	(111.333)
Salários, provisões e contribuições sociais		(1.084)	1.056	(1.451)	1.098
Encargos setoriais		7.306	11.878	7.307	11.878
Provisão para riscos	17.2	276	(448)	276	(448)
Impostos, taxas e contribuições		(23.369)	(8.947)	(24.016)	(348)
Outras variações ativas e passivas		(1.038)	(5.586)	(1.125)	(14.603)
Caixa gerado pelas operações		793.282	694.109	813.454	714.679
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(94.775)	(51.014)	(96.637)	(61.623)
Pagamento de juros sobre debêntures	14.4	(100.196)	(102.004)	(100.196)	(102.004)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures		(66.036)	(93.596)	(66.036)	(93.596)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		532.275	447.495	550.585	457.456
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adições no ativo imobilizado e intangível	10.3 e 11.3	(17.122)	(30.243)	(18.161)	(31.847)
Caixa líquido de controlada incorporada	1.5	48.490	-	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de investimentos		31.368	(30.243)	(18.161)	(31.847)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de debêntures	14.4	(163.350)	(263.325)	(163.350)	(263.325)
Pagamento de dividendos	15.2	(76.735)	(126.369)	(76.735)	(126.369)
Pagamento de juros sobre capital próprio	15.3	(85.207)	(1)	(85.207)	(1)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(325.292)	(389.695)	(325.292)	(389.695)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		189.709	162.152	220.928	185.014
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		428.060	189.709	428.060	220.928
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		238.351	27.557	207.132	35.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas					
Venda de energia	20	1.538.713	1.549.745	1.569.197	1.580.776
Outras receitas		7.303	1.183	7.567	1.183
		1.546.016	1.550.928	1.576.764	1.581.959
Insumos adquiridos de terceiros					
Energia comprada e encargos de uso da rede	21	(366.053)	(389.544)	(367.309)	(391.788)
Materiais e serviços de terceiros		(60.413)	(58.224)	(66.225)	(64.983)
Outros custos operacionais		(69.156)	(17.293)	(69.568)	(17.513)
		(495.622)	(465.061)	(503.102)	(474.284)
Valor adicionado bruto		1.050.394	1.085.867	1.073.662	1.107.675
Depreciação e amortização		(174.664)	(176.660)	(184.087)	(187.014)
Perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos		-	-	-	(30.518)
Valor adicionado líquido produzido		875.730	909.207	889.575	890.143
Equivalência patrimonial	9	9.719	(22.192)	-	-
Outras receitas financeiras		88.457	44.858	93.194	47.984
Valor adicionado recebido em transferência		98.176	22.666	93.194	47.984
Valor adicionado total a distribuir		973.906	931.873	982.769	938.127
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		44.936	47.301	45.963	48.812
Benefícios		18.573	18.993	19.285	19.752
FGTS		5.579	5.563	5.660	5.679
Provisão para gratificação (bônus)		-	98	-	98
Participação nos resultados		7.200	8.154	7.219	8.332
		76.288	80.109	78.127	82.673
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		275.581	246.648	279.446	250.282
Estaduais		29.772	64.585	32.918	64.598
Municipais		66.871	36.507	66.871	36.507
		372.224	347.740	379.235	351.387
Remuneração de capitais de terceiros					
Aluguéis		432	607	443	644
Outras despesas financeiras		128.953	200.170	128.955	200.176
		129.385	200.777	129.398	200.820
Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre capital próprio		110.000	100.000	110.000	100.000
Dividendos		286.009	203.247	286.009	203.247
		396.009	303.247	396.009	303.247
Valor adicionado distribuído		973.906	931.873	982.769	938.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Diretoria para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com registro na categoria A, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são concedidas, regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 2.297,8 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana, 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II e duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) Palmeiras e Retiro, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, com capacidade instalada de 32,5 MW.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 608.509, em virtude basicamente dos seguintes fatos:

- Transferência para o passivo circulante das parcelas referentes à 8ª emissão série 2 e 9ª emissão série 1 das debêntures;
- Constituição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.
- A Companhia, dentro do seu saldo de Fornecedores, possui um passivo relativo à liminar que discute a redução da Garantia Física (conforme nota explicativa nº 1.3.) no montante de R\$ 384.841 em 31 de dezembro de 2023. Essa obrigação possui característica de passivo financeiro e está classificado no curto prazo por conta disso. Pela avaliação dos consultores jurídicos, a Companhia conta com uma expectativa favorável acerca dos resultados dessa ação. Se normalizados os efeitos do passivo de liminar mencionado acima, o CCL seria de R\$ 223.668.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora Indireta CTG Brasil.

1.2. Contratos de Concessão / resoluções autorizativas

1.2.1. Contrato de concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de Uso de Bem Público (UBP) para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi

firmado o Primeiro Termo Aditivo, em 22 de julho de 2020 foi firmado o Segundo Termo Aditivo e em 01 de julho de 2022 o Terceiro Termo Aditivo aprovado na Resolução Autorizativa nº 11.345/2022 após do acordo GSF. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Companhia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/1998, sendo que em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo e em 21 de outubro de 2022 foi firmado o Segundo Termo Aditivo contrato aprovado na Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 após do acordo GSF, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a Aneel e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8 MWm sejam disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

1.2.2. Resoluções Autorizativas

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das PCHs Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes – SEBAND – Ltda. (Seband).

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

Por meio da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a Aneel anuiu a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da Seband para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 2015, a Rio Paranapanema Participações S.A. transferiu o controle societário da Sapucaí-Mirim para a Companhia por meio de constituição de reserva de capital.

Em 01 de dezembro de 2023 a Controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. foi incorporada pela Companhia conforme nota explicativa nº 1.5.1.

A tabela a seguir demonstra os contratos de concessão / resoluções autorizativas da Companhia:

Contrato de concessão Aneel / Resolução autorizativa Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão / autorização	Vencimento concessão / autorização
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	101,0	42,5	22/09/1999	17/04/2032
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	414,0	168,9	22/09/1999	30/03/2032
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	73,8	49,7	22/09/1999	11/05/2032
Nº 76/1999	Capiwara	UHE	SP/PR	Paranapanema	643,0	328,6	22/09/1999	21/04/2032
Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	Paranapanema	525,0	195,4	22/09/1999	19/04/2032
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	354,0	173,6	22/09/1999	15/04/2032
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Paranapanema	82,5	51,5	30/07/1998	29/07/2037
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	72,0	43,4	30/07/1998	26/07/2037
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	21/11/2034
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	05/02/2049
					2.297,8	1.069,8		

Em 10 de outubro de 2023 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896 que altera o término da vigência do prazo de concessão da PCH Palmeiras, acrescentando 2.555 dias em sua concessão.

1.3. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

1.3.1. Revisão da garantia física de 2017

Em 2017 houve revisão ordinária de garantia física, com a publicação da Portaria nº 178 que definiu os novos valores de garantia física de energia das UHEs despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Assim, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Companhia em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação desta portaria e questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Entre os anos de 2018 e 2020, a Companhia obteve liminares para afastar a aplicabilidade da Portaria em relação às UHEs, no entanto as sentenças proferidas em 2019 foram desfavoráveis, das quais houve apelação.

Em 16 de dezembro de 2020, foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou e estabilizou o efeito da liminar da Companhia no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/2017.

Em 16 de agosto de 2022, houve o julgamento da apelação interposta pela Companhia, referente a ação que tratava a legitimidade da revisão de garantia física ocorrida em 2017, a votação foi favorável à Companhia em 4 votos a 1, na 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), que deu provimento ao recurso da Companhia, visto que o entendimento do colegiado é de que as UHEs já tiveram suas garantias físicas revistas em 2013 e 2015, e por isso não caberia nova revisão. Contra essa decisão cabe recurso direcionado aos Tribunais Superiores.

Para mais informações, consultar nota explicativa nº 12.

1.3.2. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a revisão ordinária anterior de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas

despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria nº 709 com os valores revistos de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN), com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.2.

A adoção do período crítico de hidrologia relativo aos anos de 1949 a 1956 no cálculo da revisão causou um efeito de redução dos montantes de garantia física de diversas usinas do SIN, dentre elas, as usinas da Companhia.

Por essa razão, em 29 de dezembro de 2022 a Companhia ingressou com um pedido de tutela antecipada, para que fosse reconhecida a inaplicabilidade do período crítico de 1949 a 1956 e, alternativamente, que fossem suspensos, até o julgamento do mérito, os efeitos da revisão ordinária conforme a Portaria 709/2022. O pedido de tutela antecipada em que se pleiteava a suspensão dos efeitos da Portaria foi indeferido em decisão proferida pelo juiz de primeira instância em 13 de março de 2023.

Em razão deste indeferimento, os efeitos da Portaria contemplando a revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas da Companhia estão sendo integralmente aplicados neste momento, ou seja, em caso de perda dessa ação, não haverá ajustes na garantia física.

Em 27 de março de 2023, a Companhia protocolou agravo de instrumento contra a decisão de indeferimento da tutela antecipada, bem como o pedido principal da ação, os quais aguardam decisão judicial. Caso a Companhia tenha sucesso na ação, ocorrerá o aumento da garantia física.

1.4. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou a decisão e concluiu que não existem impactos nas demonstrações financeiras em decorrência de tal decisão.

1.5. Incorporação do acervo contábil da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 01 de dezembro de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Companhia a incorporação do acervo líquido contábil da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (Incorporada), avaliado na data base de 31 de agosto de 2023, por meio do laudo de avaliação independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Por meio do Despacho Aneel nº 4.907 de 14 de dezembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2023, a Aneel anuiu o pedido de transferência das autorizações das PCHs Retiro e Palmeiras, anteriormente detidas pela Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. para

a Companhia. Com esta operação a Companhia passa a ser a titular dos direitos e obrigações intrasetoriais relativas a esses ativos.

A incorporação consistiu na absorção pela Companhia, da sociedade incorporada com todos seus ativos e passivos, sendo que a Companhia sucedeu a Incorporada em todos os direitos e obrigações existentes, nos termos do artigo 227 da Lei 6.404/1976.

A Companhia e a Incorporada são sociedades do mesmo grupo econômico, sendo a Companhia a única quotista da incorporada.

1.5.1. Acervo líquido incorporado

Ativo	30/11/2023
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	48.490
Clientes	2.657
Tributos a recuperar	336
Outros créditos	391
Total do ativo circulante	51.874
Não circulante	
Realizável a longo prazo	
Tributos a recuperar	1.591
Depósitos judiciais	7
	1.598
Imobilizado	178.268
Intangível	8.802
Total do ativo não circulante	188.668
Total do ativo	240.542
Passivo	30/11/2023
Circulante	
Fornecedores	28
Salários, provisões e contribuições sociais	79
Tributos a recolher	905
Encargos setoriais	10
Partes relacionadas	972
Total do passivo circulante	1.994
Não circulante	
Provisões para riscos	54
Total do passivo não circulante	54
Total do passivo	2.048
Acervo líquido contábil	238.494

O acervo líquido contábil incorporado pela Companhia foi reconhecido através da baixa do investimento.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2024.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com entidade de previdência privada, intangível recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como pela avaliação de ativos imobilizados ao seu custo atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na

nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Revisão de garantia física (nota explicativa nº 1.3);
- ii. Vida útil de ativos de longa duração e *impairment* (nota explicativa nº 10.6);
- iii. Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (nota explicativa nº 13.1);
- iv. Provisões para riscos (nota explicativa nº 17); e
- v. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 23.2).

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais e principais estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 13.1.2).

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados do Grupo, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.3. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2023 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50 / IFRS 17);
- Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (CPC 36 (R3) / IFRS 10) e (CPC 18 (R2) / IAS 28);
- Divulgação de Políticas Contábeis à (CPC 26 (R1) / IAS 1) e IFRS Declaração da Prática 2;
- Definição de Estimativas Contábeis (CPC 23 / IAS 8); e
- Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação e Reforma da Tributação Corporativa Internacional (CPC 32 / IAS 12).

Alteração de pronunciamentos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não são esperados que gerem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1) / IAS 1);
- Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2) / IFRS 16)

Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2) / IAS 7)

4. Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão desses riscos se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege o Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. Essa proteção pode ser obtida através do mecanismo de deixar parte da garantia física das Usinas descontratada e, também, pela compra de energia no mercado quando se tem evidência no curto prazo de um GSF pior do que o planejado inicialmente.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de debêntures e caixa e equivalentes de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.1.3. Risco de concentração de clientes

A Companhia considerando os riscos de mercado, desenvolveu metodologia e implementou política de proteção a seu portfólio de clientes, que foi desenvolvida desde sua primeira versão.

Atualmente são estabelecidos limites que consideram a participação dos clientes e seus respectivos setores de atuação, dentre outras premissas como robustez financeira e patrimonial.

A Companhia adota como uma das principais premissas de controle sua garantia física que será contratada.

Excepcionalmente no ano de 2023, em razão de um contrato firmado enquanto as condições de negociação eram mais favoráveis que as atuais e na versão da política anterior à vigente, houve a concentração de cerca de 10% da receita operacional da Companhia, numa contraparte de grande porte e excelente histórico de relacionamento.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e sobre a normalização desse indicador, a Companhia monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora Indireta CTG Brasil.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Remuneração	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures 8ª emissão série 2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	-	122.473	-	120.706	-	243.179
Debêntures 9ª emissão série 1	Variação DI + 1,40% ao ano	192.333	-	-	-	-	192.333
Debêntures 9ª emissão série 2	Variação DI + 1,65% ao ano	22.197	-	21.320	186.855	168.282	398.654
		214.530	122.473	21.320	307.561	168.282	834.166

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas neste exercício e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide notas explicativas nº 14.7).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 17.

4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras e debêntures, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2023 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2023	Cenário atual	Cenário provável	Ganho / (perda)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	DI	11,65%	9,15%	427.945	49.856	39.157	(10.699)
Aplicações financeiras vinculadas	DI	11,65%	9,15%	1.764	206	161	(44)
				429.709	50.061	39.318	(10.743)
Passivos financeiros							
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	4,53%	4,16%	(227.239)	(23.352)	(22.477)	875
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ao ano	11,65%	9,15%	(190.441)	(25.163)	(20.335)	4.828
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ao ano	11,65%	9,15%	(338.258)	(45.639)	(37.043)	8.596
				(755.938)	(94.154)	(79.855)	14.299
Total da exposição líquida				(326.229)	(44.093)	(40.537)	3.556

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	Controladora		Consolidado
		2023	2022	2022
Debêntures	14	755.938	979.230	979.230
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(428.060)	(189.709)	(220.928)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(1.764)	(1.401)	(1.401)
Dívida líquida		326.114	788.120	756.901
Patrimônio líquido		1.822.144	1.871.612	1.871.612
Total do capital		2.148.258	2.659.732	2.628.513
Índice de alavancagem financeira - (%)*		15,2	29,6	28,8

* Dívida líquida / Total do capital

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem à certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 22).

5.1.2. Composição

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
Caixas e bancos	115	32	65
Aplicações financeiras	427.945	189.677	220.863
Certificado de depósito bancário (CDB)	427.945	189.677	220.863
	428.060	189.709	220.928

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

5.2.1. Política contábil

As aplicações financeiras vinculadas possuem prazos determinados e são remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI), sendo compostas por aluguéis de terrenos nas bordas dos rios que possuem aplicações restritas em gastos ambientais.

5.2.2. Movimentação

	Gastos Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.401
Aplicações	942
Rendimentos	445
Resgates	(1.024)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.764

5.3. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia por meio de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo “A” ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de rating (Standard & Poor’s, Moody’s ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pelo Companhia.

5.3.1. Composição

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	Controladora		Consolidado
			2023	2022	2022
AAA	AAA	AAA	155.822	57.981	87.080
AA	AA	AA	-	1	2
AAA	-	AAA	-	24.703	24.703
AAA	-	-	216.039	-	-
AAA	AAA	-	55.600	79.623	81.742
AAA	AAA	AA	-	28.802	28.802
-	AAA	AAA	2.363	-	-
			429.824	191.110	222.329

6. Clientes

6.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado

o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por contratos relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e CCEE.

	Controladora				Consolidado
	À vencer	Vencidos	2023	2022	2022
	Até 90 dias	Até 90 dias			
Contratos ACL	137.854	2.286	140.140	147.603	150.199
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	50.297	-	50.297	26.159	26.159
	188.151	2.286	190.437	173.762	176.358

6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Diretoria da Companhia não registra PECLD, para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2023, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

Baseado na política de crédito, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfolio, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfolio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através do indicador de risco *Value at Risk (VaR)*.

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia, para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE

controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções, as quais em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. Tributos a recuperar/recolher

7.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Diretoria avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Diretoria com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

7.2. Composição

	Controladora				Consolidado	
	2023		2022		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Saldo negativo / Antecipações de IRPJ e CSLL	-	819	-	819	-	819
INSS a recuperar	-	1.590	6	-	6	1.539
IRRF sobre juros sobre capital próprio (JSCP) a recuperar	3	-	-	-	-	-
Outros	344	-	-	-	-	-
	347	2.409	6	819	6	2.358
Passivo						
IRPJ e CSLL a recolher	57.327	-	33.154	-	33.637	-
PIS e COFINS a recolher	9.649	-	9.777	-	9.873	-
ICMS a recolher	5.493	-	12.649	-	12.651	-
Outros	369	-	630	-	651	-
	72.838	-	56.210	-	56.812	-

8. Depósitos judiciais

8.1. Política contábil

A Companhia mantém discussões judiciais para as quais foram necessários depósitos judiciais para suspensão de exigibilidade, entre os principais são destacados:

8.2. Movimentação

	Trabalhistas	Fiscais	Ambientais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	92	16.867	5.095	40.792	62.846
Variações monetárias	8	1.252	426	2.928	4.614
Adições	12	-	-	-	12
Saldos incorporados	-	7	-	-	7
Saldo em 31 de dezembro de 2023	112	18.126	5.521	43.720	67.479

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as provisões de contingências com classificação de risco de perda provável e encargos de uso da rede elétrica relacionado a TUSD-g (vide notas explicativas nº 12.3 e nº 17.2) e todos são atualizados monetariamente.

8.2.1. Fiscais:

a. Débitos em disputa referente à IRRF, IRPJ e CSLL – Depósitos judiciais referentes ao Mandado de Segurança ajuizado com o objetivo de obter liminar para que seja reconhecida a quitação de valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), IRPJ e CSLL sem a exigência de multa moratória, face à denúncia espontânea realizada. O valor do depósito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 11.281;

b. Ação Anulatória – O depósito judicial foi realizado visando suspender a exigibilidade do débito PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendário de 2004 a 2007. O entendimento é de que esses débitos devem ser cancelados, uma vez que a aquisição de energia de Itaipu seria isenta de PIS/COFINS. O valor depositado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.910.

8.2.2. Ambientais

Depósitos judiciais efetuados pela Companhia nas ações anulatórias, decorrentes de autuações com pagamento de multa, movidas contra o antigo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), hoje Instituto Água e Terra (IAT), e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e um depósito judicial efetuado em Ação de Indenização de Pescador, ambos para garantia do juízo. O valor total depositado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 5.521.

8.2.3. Regulatórios:

TUSD-g – Depósitos judiciais em conexão com a obtenção de decisão judicial suspendendo a exigibilidade da multa imposta pela Aneel pelo suposto descumprimento das obrigações de assinar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) e de pagar o passivo acumulado entre julho de 2004 a junho de 2009. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 12 para uma descrição do andamento das discussões referentes à TUSD-g.

9. Investimentos

9.1. Política contábil

Os investimentos da Companhia foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, levando em conta as premissas definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de seus investimentos foram reconhecidas na demonstração do resultado da Companhia.

Conforme nota explicativa nº 1.5 a Controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. foi incorporada pela Companhia.

9.2. Movimentação

	Participação acionária	2022	Saldos incorporados (Nota 1.5)	Equivalência patrimonial	2023
Controlada					
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	100,00%	228.775	(238.494)	9.719	-
		228.775	(238.494)	9.719	-

	Participação acionária	2021	Ajuste investimento	Equivalência patrimonial	2022
Controlada					
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	99,99%	250.968	(1)	(22.192)	228.775
		250.968	(1)	(22.192)	228.775

10. Imobilizado

10.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido ao Grupo entender que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão / autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente
Em serviço	
Reservatório, barragens e adutora	10
Edificações, obras civis e benfeitorias	15
Máquinas e equipamentos	15
Veículos	4
Móveis e utensílios	11
Outros	2

A Diretoria entende, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão / autorização por parte da Companhia e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, a Companhia avaliará os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outros resultados operacionais”.

10.2. Composição

	Controladora				Taxa média anual de depreciação	Consolidado
	2023		2022			2022
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido		Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	224.953	-	224.953	213.865	0,0%	224.953
Reservatório, barragens e adutora	3.476.981	(2.205.224)	1.271.757	1.216.044	3,7%	1.405.049
Edificações, obras civis e benfeitorias	429.683	(298.739)	130.944	109.776	2,0%	140.121
Máquinas e equipamentos	1.187.732	(583.937)	603.795	532.864	3,3%	622.709
Veículos	10.695	(7.900)	2.795	3.375	7,3%	3.556
Móveis e utensílios	1.490	(1.111)	379	258	2,3%	346
Outros	4.797	(2.910)	1.887	2.574	16,3%	2.574
	5.336.331	(3.099.821)	2.236.510	2.078.756		2.399.308
Em curso						
Terrenos	20.477	-	20.477	1.046		20.423
Reservatório, barragens e adutora	3.924	-	3.924	4.376		4.376
Edificações, obras civis e benfeitorias	340	-	340	574		766
Máquinas e equipamentos	41.786	-	41.786	47.912		49.890
Veículos	-	-	-	64		64
Móveis e utensílios	127	-	127	-		-
	66.654	-	66.654	53.972		75.519
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(156.093)	-	(156.093)	-		(156.093)
	(156.093)	-	(156.093)	-		(156.093)
Total do ativo imobilizado	5.246.892	(3.099.821)	2.147.071	2.132.728		2.318.734

10.3. Movimentação

	Controladora						Valor líquido em 2023
	Valor líquido em 2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldos incorporados	
Em serviço							
Terrenos	213.865	-	-	-	-	11.088	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.216.044	-	-	478	(129.354)	184.589	1.271.757
Edificações, obras civis e benfeitorias	109.776	-	-	250	(8.663)	29.581	130.944
Máquinas e equipamentos	532.864	-	(14)	23.941	(39.620)	86.624	603.795
Veículos	3.375	-	-	64	(779)	135	2.795
Móveis e utensílios	258	-	(1)	80	(35)	77	379
Outros	2.574	97	-	-	(784)	-	1.887
	2.078.756	97	(15)	24.813	(179.235)	312.094	2.236.510
Em curso							
Terrenos	1.046	-	-	-	-	19.431	20.477
Reservatório, barragens e adutora	4.376	-	(43)	(409)	-	-	3.924
Edificações, obras civis e benfeitorias	574	-	(186)	(250)	-	202	340
Máquinas e equipamentos	47.912	15.636	-	(24.387)	-	2.625	41.786
Veículos	64	-	-	(64)	-	-	-
Móveis e utensílios	-	247	-	(129)	-	9	127
Outros	-	681	-	(681)	-	-	-
	53.972	16.564	(229)	(25.920)	-	22.267	66.654
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	-	-	-	-	-	(156.093)	(156.093)
	-	-	-	-	-	(156.093)	(156.093)
	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo imobilizado	2.132.728	16.661	(244)	(1.107)	(179.235)	178.268	2.147.071

	Controladora						Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldos incorporados	
Em serviço							
Terrenos	213.865	-	-	-	-	-	213.865
Reservatório, barragens e adutora	1.356.113	-	-	-	(140.069)	-	1.216.044
Edificações, obras civis e benfeitorias	118.376	-	-	-	(8.600)	-	109.776
Máquinas e equipamentos	560.362	42	(2.777)	15.365	(40.128)	-	532.864
Veículos	3.187	-	-	1.031	(843)	-	3.375
Móveis e utensílios	271	-	-	20	(33)	-	258
Outros	3.170	162	-	-	(758)	-	2.574
	2.255.344	204	(2.777)	16.416	(190.431)	-	2.078.756
Em curso							
Terrenos	1.046	-	-	-	-	-	1.046
Reservatório, barragens e adutora	3.540	836	-	-	-	-	4.376
Edificações, obras civis e benfeitorias	545	29	-	-	-	-	574
Máquinas e equipamentos	37.198	26.131	-	(15.417)	-	-	47.912
Veículos	978	65	-	(979)	-	-	64
Móveis e utensílios	-	91	-	(91)	-	-	-
	43.307	27.152	-	(16.487)	-	-	53.972
Total do ativo imobilizado	2.298.651	27.356	(2.777)	(71)	(190.431)	-	2.132.728

	Consolidado						Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	
Em serviço							
Terrenos	224.953	-	-	-	-	-	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.549.940	-	-	-	(144.891)	-	1.405.049
Edificações, obras civis e benfeitorias	149.556	-	-	-	(9.435)	-	140.121
Máquinas e equipamentos	653.789	42	(3.124)	16.008	(44.006)	-	622.709
Veículos	3.416	-	-	1.031	(891)	-	3.556
Móveis e utensílios	356	-	-	28	(38)	-	346
Outros	3.170	162	-	-	(758)	-	2.574
	2.585.180	204	(3.124)	17.067	(200.019)	-	2.399.308
Em curso							
Terrenos	17.759	839	-	-	-	1.825	20.423
Reservatório, barragens e adutora	3.540	836	-	-	-	-	4.376
Edificações, obras civis e benfeitorias	737	29	-	-	-	-	766
Máquinas e equipamentos	39.062	26.883	-	(16.055)	-	-	49.890
Veículos	978	65	-	(979)	-	-	64
Móveis e utensílios	-	104	-	(104)	-	-	-
	62.076	28.756	-	(17.138)	-	1.825	75.519
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(125.740)	(30.518)	165	-	-	-	(156.093)
	(125.740)	(30.518)	165	-	-	-	(156.093)
Total do ativo imobilizado	2.521.516	(1.558)	(2.959)	(71)	(200.019)	1.825	2.318.734

10.4. Expansão 15%

A Companhia informa que a Ação de Obrigação de Fazer, movida pelo Estado de São Paulo, no exercício de 2011, referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada, tramita em segredo de justiça e houve despacho determinando o início da fase pericial.

10.5. Custo atribuído no ativo imobilizado

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 - Ativo imobilizado. A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi de R\$ 82.412 e R\$ 90.943, respectivamente.

10.6. Análise de *impairment*

Em 31 de dezembro de 2023, Companhia efetuou a análise de *impairment* utilizando como metodologia o valor em uso. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa, tendo sido as referidas projeções aprovadas pela Diretoria em 2023, ou seja, a geração de caixa futuro projetada até o final da Concessão/autorização.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do valor em uso: receitas projetadas até o fim da Concessão/autorização da operação, em conformidade com as expectativas de preço para comercialização; e projeções do GSF e de inflação baseadas em premissas macroeconômicas de mercado. Para os custos de *capex*, a projeção se baseou na programação regular de manutenção das usinas e, para as despesas, na dinâmica do negócio e busca por sinergia, diante das premissas disponíveis para essa avaliação.

Durante o exercício de 2023, diante da variação na taxa de juros que impacta a taxa de retorno a análise de *impairment* dos ativos da Companhia foi observada a manutenção do saldo de valor não recuperável em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 156.093.

Para apuração do fluxo de caixa descontado, utilizou-se a taxa de desconto (*weighted average cost of capital - wacc*) pré-tax de 8,84% (8,24% em 31 de dezembro de 2022).

Para os ativos não circulantes da Companhia, não foram identificados indicativos de *impairment*, tampouco a necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas adicionais pela não realização desses ativos.

11. Intangível

11.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente
Em serviço	
Uso do bem público (UBP)	9
Software	3
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	9

11.2. Composição

	Controladora				Taxa média anual de amortização	Consolidado
	2023		2022			2022
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		Valor líquido
Em serviço						
Uso do bem público (UBP)	53.494	(41.099)	12.395	13.814	2,7%	13.814
Software	51.500	(39.517)	11.983	14.390	7,0%	14.567
Licença operacional (LO)	4.235	(4.235)	-	-	0,0%	-
Servidão de passagem	190	-	190	-	0,0%	190
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	859.677	(220.363)	639.314	703.632	8,5%	712.637
	969.096	(305.214)	663.882	731.836		741.208
Em curso						
Software	1.028	-	1.028	817		817
Licença operacional (LO)	435	-	435	185		185
Servidão de passagem	22	-	22	-		22
	1.485	-	1.485	1.002		1.024
Total do ativo intangível	970.581	(305.214)	665.367	732.838		742.232

11.3. Movimentação

	Controladora					Valor líquido em 2023
	Valor líquido em 2022	Adições	Transferências	Amortização	Saldos incorporados	
Em serviço						
Uso do bem público (UBP)	13.814	-	-	(1.419)	-	12.395
Software	14.390	-	1.107	(3.619)	105	11.983
Servidão de passagem	-	-	-	-	190	190
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	703.632	-	-	(72.803)	8.485	639.314
	731.836	-	1.107	(77.841)	8.780	663.882
Em curso						
Software	817	211	-	-	-	1.028
Licença operacional (LO)	185	250	-	-	-	435
Servidão de passagem	-	-	-	-	22	22
	1.002	461	-	-	22	1.485
Total do ativo intangível	732.838	461	1.107	(77.841)	8.802	665.367

	Controladora					Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	
Em serviço						
Uso do bem público (UBP)	15.233	-	-	-	(1.419)	13.814
Software	11.271	-	-	6.321	(3.202)	14.390
Servidão de passagem	75	-	(75)	-	-	-
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	776.452	-	-	-	(72.820)	703.632
	803.031	-	(75)	6.321	(77.441)	731.836
Em curso						
Software	1.266	5.801	-	(6.250)	-	817
Licença operacional (LO)	-	185	-	-	-	185
	1.266	5.986	-	(6.250)	-	1.002
Total do ativo intangível	804.297	5.986	(75)	71	(77.441)	732.838

	Consolidado					Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	
Em serviço						
Uso do bem público (UBP)	15.233	-	-	-	(1.419)	13.814
Software	11.493	-	-	6.348	(3.274)	14.567
Servidão de passagem	265	-	(75)	-	-	190
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	786.151	-	-	-	(73.514)	712.637
	813.142	-	(75)	6.348	(78.207)	741.208
Em curso						
Software	1.293	5.801	-	(6.277)	-	817
Licença operacional (LO)	-	185	-	-	-	185
Servidão de passagem	22	-	-	-	-	22
	1.315	5.986	-	(6.277)	-	1.024
Total do ativo intangível	814.457	5.986	(75)	71	(78.207)	742.232

11.4. Itens que compõem o intangível

11.4.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil

estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

11.4.2. Servidão de passagem

Servidão de passagem é o direito que a Companhia possui de passar sobre a propriedade alheia mediante a uma contraprestação financeira, que é registrada no ativo fixo da Companhia.

11.4.3. Uso do bem público (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 76/1999 da Companhia, como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão.

11.4.4. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) (Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

- i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
- ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
- iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

12. Fornecedores

12.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

12.2. Composição

	Controladora					
	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	391.834	-	391.834	418.069	-	418.069
Materiais e serviços contratados	9.758	-	9.758	29.660	-	29.660
Encargos de uso da rede elétrica	15.723	46.621	62.344	14.904	36.542	51.446
Tust	15.440	-	15.440	14.623	-	14.623
Tusd-g	283	46.621	46.904	281	36.542	36.823
	417.315	46.621	463.936	462.633	36.542	499.175

	Consolidado		
	2022		
	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	418.308	-	418.308
Materiais e serviços contratados	30.414	-	30.414
Encargos de uso da rede elétrica	14.904	36.542	51.446
Tust	14.623	-	14.623
Tusd-g	281	36.542	36.823
	463.626	36.542	500.168

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 384.841 (R\$ 412.714 em dezembro de 2022) referente a liminar de garantia física, obtidas pela Companhia. A redução no saldo ao longo de 2023 se explica basicamente pela deflação no índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), índice que atualiza este saldo.

12.3. Encargos de uso da rede elétrica

A Aneel regula as tarifas que regem o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas devidas pelo grupo são:

- i. Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão (Tust);
- ii. Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (Tusd-g);
- iii. Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 21.3).

A Companhia atualmente discute judicialmente, via Ação Ordinária, a revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, referente ao período de julho de 2004 e junho de 2009, pelo entendimento de que as Demais Instalações de Transmissão (DITs) e os Transformadores de Fronteira integram o sistema de transmissão e que a tarifa por remunerar estes ativos do sistema de transmissão deve ser calculada com base na diretriz do sinal locacional.

Em junho de 2009, a Companhia requereu nos autos da Ação Ordinária o depósito judicial dos valores da Tusd-g e a determinação judicial para que os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (Cusd) com as distribuidoras fossem considerados assinados. Em junho de 2009, o pedido de depósito judicial foi indeferido, mas o juiz reconheceu os Cusd como assinados.

A Companhia recorreu da decisão que indeferiu o pedido de depósito e, em agosto de 2009, o Tribunal autorizou o depósito judicial dos montantes relativos à diferença entre as tarifas

calculadas em conformidade com a Resolução Normativa Aneel nº 349/2009 e a Resolução nº 497/2007.

Em dezembro de 2014, foi proferida sentença em primeira instância que julgou procedentes os pedidos da Companhia na Ação Ordinária. Contra tal decisão, as partes apresentaram recursos de apelação, cujos julgamentos estão pendentes. A Companhia efetuou o pagamento das últimas parcelas dos depósitos judiciais no primeiro trimestre de 2012, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 133.110 (R\$ 117.756 em 31 de dezembro de 2022). O passivo é apresentado líquido dos depósitos judiciais e seu saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 46.621 (R\$ 36.542 em 31 de dezembro de 2022).

13. Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

13.1. Composição

	Controladora					
	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	14.263	-	14.263	12.176	-	12.176
P&D	16.108	10.270	26.378	24.749	5.943	30.692
TFSEE	701	-	701	623	-	623
	31.072	10.270	41.342	37.548	5.943	43.491

	Consolidado		
	2022		
	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	12.176	-	12.176
P&D	24.749	5.943	30.692
TFSEE	632	-	632
	37.557	5.943	43.500

13.1.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

13.1.2. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas

à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, o Grupo tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

13.1.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

14. Debêntures

14.1. Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o exercício ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

14.2. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	2023					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	80.000	38.238	118.238	80.000	29.001	109.001
9ª	1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	180.000	10.441	190.441	-	-	-
9ª	2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	-	18.615	18.615	320.000	(357)	319.643
				260.000	67.294	327.294	400.000	28.644	428.644

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	2022					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.350	63.621	146.971	-	-	-
8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	80.000	4.876	84.876	-	-	-
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	8.909	8.909	160.000	48.066	208.066
9ª	1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	-	11.082	11.082	180.000	(26)	179.974
9ª	2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	-	20.039	20.039	320.000	(687)	319.313
				163.350	108.527	271.877	660.000	47.353	707.353

14.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2025	2026	Total
Debêntures 8ª emissão série 2	109.001	-	109.001
Debêntures 9ª emissão série 2	159.822	159.821	319.643
	268.823	159.821	428.644

14.4. Movimentação

	4ª Emissão		8ª Emissão		9ª emissão		Total
	Série 2	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	146.971	84.876	216.975	191.056	339.352	979.230	
Amortização de custos de transação	39	63	178	312	357	949	
Apropriação de juros	6.588	623	11.943	25.402	46.200	90.756	
Apropriação de variação monetária	4.782	-	9.803	-	-	14.585	
Pagamento de debêntures	(83.350)	(80.000)	-	-	-	(163.350)	
Pagamento de juros	(8.994)	(5.562)	(11.660)	(26.329)	(47.651)	(100.196)	
Pagamento de variação monetária	(66.036)	-	-	-	-	(66.036)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	227.239	190.441	338.258	755.938	

14.5. Características dos contratos de debêntures

Emissão	Série	Remuneração	Registro CVM da Emissão	Data da emissão	Data de vencimento	Quantidade emitida	Valor nominal	Agente fiduciário	Periodicidade de pagamento dos juros	Número de parcelas	Destinação de recursos das debêntures
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/03/2018	15/03/2025	160.000	1	Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Anual	2	Pagamento de principal da segunda parcela da quinta emissão da primeira série, principal da terceira parcela da quarta emissão da primeira série e principal da parcela única da sexta emissão.
9ª	1	DI + 1,40% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	26/01/2021	26/01/2024	180.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	1	Pagamento de principal da primeira parcela da quarta emissão, principal da terceira parcela da quinta emissão, principal da primeira da sétima emissão e reforço de capital de giro.
9ª	2	DI + 1,65% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	26/01/2021	26/01/2026	320.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	2	Pagamento de principal da primeira parcela da quarta emissão, principal da terceira parcela da quinta emissão, principal da primeira da sétima emissão e reforço de capital de giro.

14.6. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato

14.7. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

14.7.1. Covenants financeiros

As cláusulas restritivas previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Oitava e Nona emissão:

- i. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- ii. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- iii. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,9, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, na 8ª e 9ª emissão, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2023	2022
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	20,04	4,91
Dívida Líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,43	1,00
Dívida total / (Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,7	0,47	0,54

14.7.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Oitava e Nona emissão, os quais vêm sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor igual ou superior a R\$ 32 milhões para a 8ª emissão e R\$ 70 milhões para a 9ª emissão;
- ii. 8ª/9ª debêntures - Transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação a classificação de risco vigente na data da emissão;
- iii. Cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja cindida ou incorporada), exceto previamente autorizado por debenturistas obedecendo as cláusulas estabelecidas na escritura das debêntures;
- iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis publicamente.

15. Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar

15.1. Política contábil

- i. A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras.
- ii. A distribuição de juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecido como um passivo em suas demonstrações financeiras, quando aprovados nos termos do Estatuto Social. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta apropriada.

15.2. Dividendos a pagar

	Saldo em 2022	Dividendos intermediários / propostos	Dividendos pagos	Prescrições (*)	Saldo em 2023
Rio Paranapanema Participações S.A.	73.850	275.112	(73.850)	-	275.112
Acionistas minoritários	4.126	10.897	(2.885)	(97)	12.041
	77.976	286.009	(76.735)	(97)	287.153

(*) Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido disponibilizados ao acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

15.3. Juros sobre capital próprio a pagar

	Saldo em 2022	JSCP a pagar	JSCP pagos	Prescrições (*)	Reclassificações	Saldo em 2023
Rio Paranapanema Participações S.A.	81.761	89.938	(81.761)	-	-	89.938
Acionistas minoritários	3.419	3.562	(3.446)	(45)	275	3.765
	85.180	93.500	(85.207)	(45)	275	93.703

(*) Os juros sobre capital próprio não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido disponibilizados ao acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

16. Partes relacionadas

16.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela Rio Paranapanema Participações S.A., que por sua vez é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A. (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Rio Paranapanema Participações S.A. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

16.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral e Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 7.296 para

2023, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R\$ 996 para o Conselho de Administração; (b) R\$ 4.850 para a Diretoria e (c) R\$ 1.450 para o Conselho Fiscal.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chave da Administração:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo para administradores	3.828	4.965
Benefícios pós-emprego	156	202
Conselho fiscal	1.247	1.181
	5.231	6.348

16.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A (CTG BR), e suas subsidiárias Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 2.018, de 10 de julho de 2017.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Paraná Energia S.A, Rio Canoas Energia S.A e Rio Verde Energia S.A, contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a sua Controladora Rio Paranapanema Participações S.A.

	Controladora				Consolidado	
	2023		2022		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
China Three Gorges Brasil Energia S.A	-	4.004	-	2.393	-	2.578
Rio Canoas Energia S.A.	62	5	78	17	78	18
Rio Verde Energia S.A.	36	4	44	4	44	4
Rio Parana Energia S.A.	795	608	997	706	997	737
Rio Paranapanema Participações S.A.	100	-	748	-	748	-
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	-	-	16	-	-	-
	993	4.621	1.883	3.120	1.867	3.337

16.4. Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	Compartilhamento de infraestrutura	Compartilhamento de infraestrutura	Compartilhamento de infraestrutura	Compartilhamento de infraestrutura
China Three Gorges Brasil Energia S.A	(21.465)	(20.743)	(22.894)	(22.415)
Rio Canoas Energia S.A.	806	274	803	272
Rio Verde Energia S.A.	455	164	453	164
Rio Parana Energia S.A.	4.453	1.420	4.178	1.303
Rio Paranapanema Participações S.A.	5.158	7.376	5.158	7.376
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	164	64	-	-
	(10.429)	(11.445)	(12.302)	(13.300)

17. Provisões para riscos

17.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, A Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituídas, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 8).

17.2. Provisões para riscos prováveis

17.2.1. Composição

	Controladora			Consolidado	
	2023	2022	2022	2022	2022
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	10.209	(2.026)	8.183	7.258	7.258
Fiscais	17.925	(35)	17.890	20.181	20.181
Cíveis	2.475	(279)	2.196	2.041	2.041
Desapropriações de terras	54	-	54	-	-
Indenizações de benfeitorias	2.421	(279)	2.142	2.041	2.041
Ambientais	21.051	(737)	20.314	10.213	10.213
Regulatórias	48.622	-	48.622	-	-
	100.282	(3.077)	97.205	39.693	39.693

17.2.2. Movimentação

	Controladora						Total
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis		Ambientais	Regulatórias	
			Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	20.181	-	2.041	10.213	-	39.693
Provisões para riscos							
Provisões / (reversões)	83	(2.927)	-	-	9.380	48.622	55.158
Variações monetárias	997	639	-	104	586	-	2.326
Saldos incorporados (**)	-	-	54	-	-	-	54
Acordos / pagamentos	-	-	-	-	(1.540)	-	(1.540)
	1.080	(2.288)	54	104	8.426	48.622	55.998
Depósitos judiciais							
Variações monetárias	(155)	(3)	-	(3)	(141)	-	(302)
Baixas	-	-	-	-	1.816	-	1.816
	(155)	(3)	-	(3)	1.675	-	1.514
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.183	17.890	54	2.142	20.314	48.622	97.205

	Controladora					Total
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis		Ambientais	
			Indenizações de benfeitorias			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.584	20.233	2.499		8.449	37.765
Provisões para riscos						
Provisões / (reversões)	(244)	(680)	(90)		1.491	477
Variações monetárias	1.061	619	194		463	2.337
Acordos / pagamentos	(37)	(163)	(544)		-	(744)
	780	(224)	(440)		1.954	2.070
Depósitos judiciais						
Variações monetárias	(117)	(158)	(22)		(141)	(438)
(Adições)	-	-	(258)		(49)	(307)
Baixas	11	330	262		-	603
	(106)	172	(18)		(190)	(142)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	20.181	2.041		10.213	39.693

	Consolidado						Total
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis		Ambientais		
			Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.584	20.233	6.997	2.499	8.449		44.762
Provisões para riscos							
Provisões / (reversões)	(244)	(680)	-	(90)	1.491		477
Provisões (*)	-	-	1.825	-	-		1.825
Variações monetárias	1.061	619	-	194	463		2.337
Variações monetárias (*)	-	-	839	-	-		839
Acordos / pagamentos	(37)	(163)	(9.661)	(544)	-		(10.405)
	780	(224)	(6.997)	(440)	1.954		(4.927)
Depósitos judiciais							
Variações monetárias	(117)	(158)	-	(22)	(141)		(438)
(Adições)	-	-	-	(258)	(49)		(307)
(Adições) (*)	-	-	(2.772)	-	-		(2.772)
Baixas	11	330	-	262	-		603
Baixas (*)	-	-	2.772	-	-		2.772
	(106)	172	-	(18)	(190)		(142)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	20.181	-	2.041	10.213		39.693

(*) Efeitos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão da discussão ser a respeito de terrenos, que são controlados no grupo de imobilizado.

(**) Saldos incorporados conforme nota explicativa nº 1.5.

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

17.2.3. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, as principais provisões relativas aos riscos trabalhistas com expectativas de perda provável são referentes às ações movidas por ex-empregados, sindicatos e terceirizados, envolvendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação salarial, entre outros pedidos.

As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais, o que acarretou a redução das provisões.

17.2.4. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2023, as principais provisões relativas aos riscos fiscais com expectativas de perda provável são referentes:

- i. Processo Administrativo decorrente de um Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. Decisão de primeira instância e segunda instâncias parcialmente favoráveis à Companhia, sendo anuladas as autuações referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2000. O processo retornou para a primeira instância para novo julgamento em relação ao período de março 2000. A Companhia Interpôs o recurso voluntário em 28 de setembro de 2022 e aguarda distribuição do Recurso Voluntário no CARF. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 3.266 (R\$ 3.160 em 31 de dezembro de 2022);
- ii. Processo administrativo, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam em R\$ 11.293 (R\$ 14.167 em 31 de dezembro de 2022);
- iii. Ação Anulatória ajuizada pela Companhia visando cancelamento de débitos de PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendário de 2004 a 2007. A discussão se dá em razão da isenção na aquisição de energia elétrica de Itaipu, a qual a Receita Federal não entende cabível. O valor total da discussão em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.910, sendo que o valor provável é de R\$ 551.

17.2.5. Ambientais

Em 31 de dezembro de 2023, as principais provisões relativas aos riscos ambientais com expectativas de perda provável são referentes:

- i. Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Município de Santo Inácio contra a Companhia em que se discute a compensação de impactos ambientais. As partes estão em discussão para formalização de um TAC que colocará fim na Ação Civil Pública no montante atualizado para 31 de dezembro de 2023 de R\$ 15.844 (R\$ 9.238 em 31 de dezembro de 2022);
- ii. Trata-se de Ação Anulatória ajuizada para declarar nulo o Autos de Infração nº 246.946-D lavrado pelo IBAMA em face da UHE Canoas I, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2023 é R\$ 784 (R\$ 1.940 em 31 de dezembro de 2022);

- iii. Provisão para indenização por danos materiais e morais de ações ajuizadas por supostos pescadores profissionais, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.371 (R\$ 1.448 em 31 de dezembro de 2022).

17.2.6. Regulatórias

Em 2002, AES Sul distribuidora de energia elétrica ingressou com ação judicial visando não se sujeitar a aplicação retroativa da Resolução 288 da Aneel. A Companhia pode ser impactada por eventual decisão favorável à distribuidora.

Devido ao andamento no processo durante o ano de 2023 e com base na expectativa de futuro desembolso da Companhia, a Diretoria deliberou pela constituição de provisão no valor de R\$ 48,6 milhões.

17.3. Contingências possíveis

17.3.1. Composição

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
Trabalhistas	20.316	3.615	3.615
Fiscais	143.892	169.580	169.580
Ambientais	22.548	56.036	56.036
Regulatórias	70.680	126.637	126.637
Cíveis	37.217	2.753	34.149
	294.653	358.621	390.017

17.3.2. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 20.316 (R\$ 3.615 em 31 de dezembro de 2022).

Sendo que, em 2022, foram distribuídas 03 (três) ações de ex-colaboradores próprios com valor da causa inicial de R\$ 100 cada. Quando da liquidação das ações, em 2023, estas totalizaram o montante de, aproximadamente, R\$16.020, além do incremento de ações trabalhistas promovidas por ex-colaboradores e ex-colaboradores de terceiros e atualização das causas por variação monetária.

17.3.3. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2023, as principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são:

- i. Mandado de Segurança, que visa a concessão de liminar para ser reconhecido o direito da Companhia de não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, IRPJ, CSLL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R\$ 11.281 (R\$ R\$ 10.594 em 31 de dezembro de 2022);
- ii. Processos administrativos originados de pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL), bem como de tributos pagos a maior. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade e/ou

- recurso voluntário as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 60.587 (R\$ 69.230 em 31 de dezembro de 2022). A aumento decorre de novos processos administrativos, bem como da atualização monetária;
- iii. Autos de Infração que discutem para cobrança de CSLL, IRPJ e Lucro Inflacionários referentes aos anos calendário de 2005 a 2010 respectivamente. Em todos os casos foram apresentados Recursos Voluntários que estão pendentes de julgamento pelo Conselho de Contribuintes. Os valores atualizados para 31 de dezembro de 2023, totalizam R\$ 37.710 (R\$ 40.775 em 31 de dezembro de 2022);
 - iv. Ação anulatória que discute o saldo negativo de CSLL do ano calendário que foi adquirido pela Companhia na cisão parcial da CESP. Decisão de primeira instância desfavorável. O valor classificado como possível é de R\$ 34.148 em 31 de dezembro de 2023.

17.3.4. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a variação observada refere-se à Ação de Desapropriação ajuizada em face de Millernad Badran em que se discute a desapropriação e valorização do imóvel para a construção do reservatório da PCH Retiro. A decisão de primeira instância foi favorável à Companhia determinando que a indenização a ser paga fosse calculada tomando por base os valores definidos pela Rio Paranapanema. Em sede de recurso ao Tribunal de Justiça de São Paulo se manteve a decisão de primeira instância. Atualmente o caso encontra-se em fase recursal perante a instância superior, sendo que o valor envolvido no possível é de R\$ 33.572.

17.3.5. Ambientais

Em 31 de dezembro de 2023 as principais contingências ambientais com expectativa de perda possível são:

- i. Autos de Infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAT), pelo IBAMA e pela CETESB, relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Chavantes, Salto Grande, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu e Capivara, além de Ações Anulatórias. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações visando declarar a nulidade das multas. Os valores em 31 de dezembro de 2023 totalizam a quantia de R\$ 11.920 (R\$ 45.361 em 31 de dezembro de 2022) Importante salientar a baixa no valor de contingenciamento se deve a decisão favorável à Companhia já que foi declarado nulo o Auto de Infração que tinha valor contingenciado de R\$ 36.970;
- ii. Ações Cíveis Públicas movidas pelo Ministério Público Estadual de Andirá em face da Companhia relativas à ocupação irregular em área de APP (localizadas nos reservatórios das UHE's Canoas I e II), regularização de área de loteamentos e recuperação ambiental. Os valores em 31 de dezembro de 2023 totalizam a quantia de R\$ 10.620 (R\$ 10.675 em 31 de dezembro de 2022).

17.3.6. Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2023, as contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 119.301, sendo que as principais contingências são referentes a:

- i. Por conta da recusa da Companhia em pagar os valores em disputa na Ação Ordinária mencionada na nota explicativa nº 12 (Encargos de Uso da Rede Elétrica), a Aneel autuou a Rio Paranapanema por meio do Auto de Infração nº 014/2009-SFG por supostamente não ter a Companhia (i) firmado os CUSD com as concessionárias de distribuição; e (ii) não ter quitado o passivo da TUSD-g acumulado de julho de 2004 a

- junho de 2009. Por conta disso, a Companhia ajuizou Mandado de Segurança para suspender a cobrança da multa imposta, tendo sido a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2013, a sentença denegou o pedido de liminar feito pela Rio Paranapanema no Mandado de Segurança impetrado, mantendo-se a multa imposta pela Aneel. Em outubro de 2013 a Companhia requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mediante o depósito do valor integral e atualizado da multa objeto da ação. Em dezembro de 2013, a Companhia interpôs recurso de apelação, o qual ainda está pendente de julgamento. A classificação é de perda possível, e o valor é de R\$ 43.720 (R\$ 40.791 em 31 de dezembro de 2022);
- ii. Entre 2010 e 2012, uma associação de distribuidoras e uma distribuidora ingressaram com ações judiciais visando anular os despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF)/Aneel nº 2.517/2010 e 1.175/2012, respectivamente. A Companhia pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 26.959 (R\$ 26.056 em 31 de dezembro de 2022).

18. Planos de pensão e aposentadoria

18.1. Benefícios a empregados

18.1.1. Política contábil

A Companhia patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuários independentes, e apurados usando o método do crédito unitário projetado e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 110/2022 (CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados).

Com relação aos planos de pensão de benefício definido, a Companhia reconhece passivo no balanço patrimonial se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de descontos condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

A Companhia reconheceu um passivo atuarial no seu balanço patrimonial com contrapartida em resultados abrangentes, em virtude de perdas apuradas no cálculo atuarial resultante da queda da taxa de desconto utilizada no cálculo dos ativos e passivos do plano de aposentadoria, sem efeito em resultado.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Companhia.

18.2. Contribuição definida

18.2.1. Política contábil

No plano de contribuição definida, a Companhia faz contribuições mensais contratuais para o plano de previdência privada conforme opção do colaborador para esse benefício. Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas, cujo montante foi de R\$ 1.217 (R\$ 1.197 em 31 de dezembro de 2022).

18.3. Benefício definido

18.3.1. Política contábil

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios supracitados.

O Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão – PSAP da Companhia é estruturado na modalidade de Benefício definido, criado em 1º de setembro de 1999 e encontra-se aberto à novas adesões para os empregados da Companhia. O plano garante uma suplementação do benefício do INSS mediante à aposentadoria e invalidez aos empregados inscritos no plano, conforme as regras definidas pelo regulamento do plano, atualmente está aberto para a entrada de novos participantes.

O custeio do plano é determinado pelo regulamento através das contribuições dos participantes, aposentados e patrocinadores.

A Companhia designou a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária independente, para conduzir a avaliação atuarial anual, visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a empregados, obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 110/2022. Durante este processo, todas as premissas atuariais foram revisadas. A avaliação atuarial adotou o método do crédito unitário projetado e o ativo líquido do plano é avaliado pelo valor justo.

As obrigações com a Vivest (uma das entidades administradoras dos planos de benefícios), referente ao Plano com Benefício Definido, são registradas no passivo não circulante na rubrica de plano de pensão e aposentadoria.

18.3.2. Conciliação dos ativos/(passivos) a serem reconhecidos no balanço patrimonial

	2023	2022
Obrigações de benefício definido	(409.204)	(401.112)
Valor justo do ativo do plano	404.714	390.004
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	(4.490)	(11.108)

No exercício de 2023, a Companhia contabilizou uma redução em seu passivo de longo prazo no valor de R\$ 6.618 (R\$ 31.080 em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida ao patrimônio líquido (outros resultados abrangentes), conforme estabelecido pelo CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a empregados.

18.3.3. Movimento do (passivo) / ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial

	2023	2022
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano anterior	(11.108)	(42.188)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(1.845)	(6.076)
Contribuições da empresa realizadas no exercício	1.337	1.356
Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	7.126	35.800
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano	(4.490)	(11.108)

18.3.4. Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício

	2023	2022
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	401.112	429.589
Custo do serviço corrente	3.037	3.539
Custo do serviço	921	2.220
Contribuição de participante	2.116	1.319
Custo dos juros	40.323	39.411
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(31.310)	(27.244)
Redimensionamento da obrigação	(3.958)	(44.183)
Obrigação de benefício definido no final do ano	409.204	401.112

18.3.5. Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício

	2023	2022
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	390.004	387.401
Rendimento real dos ativos	42.567	27.172
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	39.399	35.555
Rendimento do valor justo do ativo do plano	3.168	(8.383)
Contribuições no exercício	3.453	2.674
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(31.310)	(27.244)
Valor justo dos ativos no final do exercício	404.714	390.004

18.3.6. Despesa anual reconhecida no resultado do exercício

	2023	2022
Custo do serviço corrente	921	2.220
Custo dos juros sobre a obrigação de benefício definido	40.323	39.411
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(39.399)	(35.555)
Total	1.845	6.076

18.3.7. Remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	2023	2022
Saldo no início do exercício		
Efeito da alteração de premissas financeiras	14.780	(38.560)
Efeito da alteração de premissas demográficas	(622)	52
Efeito da experiência do plano	(18.116)	(5.675)
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(3.168)	8.383
Saldo no final do exercício	(7.126)	(35.800)

18.3.8. Premissas utilizadas nas avaliações atuariais

18.3.8.1. Hipóteses econômicas

	2023	2022
Taxa nominal de desconto (*)	9,92% ao ano	10,41% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos	9,92% ao ano	10,41% ao ano
Taxa nominal de crescimento salarial	6,60% ao ano	6,60% ao ano
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,00% ao ano	4,00% ao ano
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,00% ao ano	4,00% ao ano
Fator de capacidade		
Salários	100,00%	100,00%
Benefícios	100,00%	100,00%

(*) Utilização de taxas nominais.

18.3.8.2. Hipóteses demográficas

	2023	2022
Mortalidade geral	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
Entrada em invalidez	Mercer Disability M suav . Em 50%	Mercer Disability suav . Em 50%
Mortalidade de inválidos	AT - 1949 Masculina agravada em 10%	AT - 1949 Masculina agravada em 10%
Composição familiar	Funcesp 2014	Funcesp 2014
Idade de aposentadoria	Tempo de contribuição INSS: 35 Homens e 30 Mulheres Tempo de filiação ao Plano: 15 anos	Tempo de contribuição INSS: 35 Homens e 30 Mulheres Tempo de filiação ao Plano: 15 anos
Taxa de crescimento salarial	1,69%	2,50%
Rotatividade	ExpR_2012* suavizada em 50%	ExpR_2012* suavizada em 50%

18.3.9. Dados dos participantes

	2023	2022
Numero de Participantes		
Ativos	163	208
Aposentados	209	190
Inválidos	18	15

18.3.10. Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 409.204, a Companhia realizou análise de sensibilidade da principal premissa atuarial, a taxa de desconto, considerando uma variação de 1p.p., tendo como resultado os seguintes efeitos:

	Taxa de desconto	
	(+1,00 p.p.)	(-1,00 p.p.)
Impacto na Obrigação de Benefício Definido	(37.474)	43.464
Total da Obrigação de Benefício Definido	371.730	452.668
Duration da obrigação (em anos)	10,20	10,62

18.3.11. Estimativa da despesa de benefício definido para o próximo exercício

Custo do serviço corrente	1.040
Custo dos juros	39.196
Rendimento esperado dos ativos do plano	(38.627)
Custo da obrigação de benefício definido	1.609

18.3.12. Outras informações sobre as obrigações atuariais

O valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2023 é de R\$ 2.492 (R\$ 2.537 em 31 de dezembro de 2022).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

1 ano	30.465
Entre 2 e 5 anos	135.172
Entre 5 e 10 anos	202.213

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social subscrito e integralizado

Ações Ordinárias (ON) e preferenciais (PN) são classificadas como patrimônio líquido. As ações preferenciais não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580 sendo R\$ 785.193.333 (setecentos e oitenta e cinco milhões, cento e noventa e três mil, trezentos e trinta e três) em ações ordinárias e R\$ 1.570.386.667 (um bilhão e quinhentos e setenta milhões, trezentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis) em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2022) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

Posição acionária em 31/12/2023 (Em ações unitárias)						
Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total	%
Rio Parapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	-	-	652.100	1,04	652.100	0,69
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.036	0,94	2.648.150	4,20	2.945.186	3,12
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

Posição acionária em 31/12/2022 (Em ações unitárias)						
Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total	%
Rio Parapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	-	-	652.200	1,04	652.200	0,69
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.036	0,94	2.648.050	4,20	2.945.086	3,12
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- i. Prioridade de reembolso no capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- ii. Dividendo prioritário, não cumulativo, de 10% ao ano calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;
- iii. Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei nº 6.404/1976;
- iv. Direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- v. Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias;
- vi. Não terão direito a voto e serão irredimíveis, enquanto cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

19.2. Reservas de capital

	Controladora	Controladora e Consolidado
	2023	2022
Ágio na subscrição de ação	468	468
Conta de cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.838	103.838
Reserva especial - Reorganização societária - Aquisição Rio Sapucaí-Mirim Energia	17.196	17.196
	115.084	115.084

19.3. Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia alcançou o limite de constituição da reserva legal, não havendo novas constituições desde então.

19.4. Destinação dos lucros acumulados no exercício

19.4.1. Formação e destinação dos lucros acumulados no exercício

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	341.617	243.225
Depreciação (custo atribuído)	82.427	91.368
Baixas (custo atribuído)	(15)	(425)
IRPJ/CSLL diferidos (custo atribuído)	(28.020)	(30.921)
Lucros acumulados	396.009	303.247
Distribuições		
Dividendos intermediários	-	126.471
Dividendos propostos	286.009	76.776
Juros sobre capital próprio	110.000	100.000
	396.009	303.247

19.4.2. Valor por ação dos dividendos e JSCP

Deliberação	Provento	R\$ mil	R\$
AGE de 21/12/2023	Juros sobre capital próprio	110.000	1,16484
AGEO de 28/04/2023	Dividendo	76.776	0,81301
AGE de 30/12/2022	Juros sobre capital próprio	100.000	1,05895
AGE de 07/12/2022	Dividendo	126.471	1,33927

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano far-se-á semestralmente, em Assembleia Geral, ou em períodos inferiores, caso o Conselho de Administração delibere a distribuição de dividendos trimestrais ou intermediários. Caberá à Assembleia Geral deliberar, até 31 de outubro de cada ano, sobre a distribuição de dividendos baseados nos resultados apurados no balanço semestral de 30 de junho, conforme estipulado no Estatuto Social, respeitado o disposto no parágrafo 3º do artigo 205 da Lei nº 6.404/1976.

O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos trimestrais, com base em balanço especial levantado para esse fim, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre civil não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976.

Mediante deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral já aprovado pela Assembleia Geral.

Após a dedução para a reserva legal, os lucros líquidos distribuir-se-ão na seguinte ordem:

- i. Dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;
- ii. Dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações ordinárias, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;
- iii. Distribuição do saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, em igualdade de condições.

19.5. Custo atribuído

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de determinados itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs, sendo a contrapartida registrada no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial.

20. Receita operacional líquida

20.1. Política contábil

20.1.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para A Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A companhia baseia

suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Diretoria da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

20.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional bruta				
Contratos ACL	1.424.336	1.497.993	1.453.258	1.528.538
Mercado de curto prazo (MCP)	61.725	41.330	62.744	41.542
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	52.652	10.422	53.195	10.696
Total receita operacional bruta	1.538.713	1.549.745	1.569.197	1.580.776
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(130.596)	(133.417)	(131.594)	(134.550)
ICMS	(29.689)	(64.370)	(32.831)	(64.370)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(12.904)	(12.920)	(12.904)	(12.920)
	(173.189)	(210.707)	(177.329)	(211.840)
Receita operacional líquida	1.365.524	1.339.038	1.391.868	1.368.936

21. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

21.1. Energia elétrica vendida

	Controladora			
	2023		2022	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	7.203.739	1.424.336	7.116.272	1.497.993
Mercado de curto prazo (MCP)	1.020.016	61.725	676.805	41.330
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	2.710.214	52.652	774.227	10.422
	10.933.969	1.538.713	8.567.304	1.549.745

	Consolidado			
	2023		2022	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	7.307.406	1.453.258	7.240.218	1.528.538
Mercado de curto prazo (MCP)	1.033.033	62.744	679.158	41.542
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	2.737.655	53.195	793.805	10.696
	11.078.094	1.569.197	8.713.181	1.580.776

(*) Não auditado pelos auditores independentes

21.2. Energia elétrica comprada

	Controladora			
	2023		2022	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	609.820	135.843	748.656	142.517
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	(16)	17.930	2.140.342	51.923
(-) Crédito de PIS	-	(2.156)	-	(2.800)
(-) Crédito de COFINS	-	(9.928)	-	(12.898)
	609.804	141.689	2.888.998	178.742

	Consolidado			
	2023		2022	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	609.820	135.843	748.656	142.517
Mercado de curto prazo (MCP)	727	51	8.450	505
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	20.532	18.363	2.187.058	52.890
(-) Crédito de PIS	-	(2.156)	-	(2.800)
(-) Crédito de COFINS	-	(9.928)	-	(12.898)
	631.079	142.173	2.944.164	180.214

(*) Não auditado pelos auditores independentes

21.3. Encargos de uso da rede elétrica

21.3.1. Política contábil

As tarifas devidas pela Companhia estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD-g e Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 12).

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- i. Valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a um valor estimado em 80% do encargo TUST e;
- ii. Valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST. As usinas que pagam TUST são: UHEs Jurumirim, Capivara, Chavantes e Taquaruçu, pois estão ligadas diretamente à Rede Básica.

A TUSD-g remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à Rede Básica ou a centros de consumo. As usinas da Companhia que pagam TUSD-g para acessar os centros de consumo, são: UHEs Rosana (que se encontra na área de concessão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.), Canoas I, Canoas II e Salto Grande (que se encontram na área de concessão da Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A., as PCHs Retiro e Palmeiras (que se encontram na área de concessão da CPFL Paulista) também estão sujeitas a este encargo.

Os encargos de conexão são pagos mensalmente à CTEEP devido ao uso de instalações na tensão de distribuição (entrada de linha em 13,8 kV).

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tust	176.970	162.577	176.970	162.577
Tusd	35.112	32.281	35.884	33.053
Encargos de conexão	198	246	198	246
(-) Crédito de PIS	(3.389)	(3.090)	(3.389)	(3.090)
(-) Crédito de COFINS	(15.612)	(14.231)	(15.612)	(14.231)
	193.279	177.783	194.051	178.555

22. Resultado financeiro

22.1. Política contábil

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias, variações cambiais, juros entre outras.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	37.339	32.867	42.000	35.893
Variações monetárias	51.030	11.876	51.087	11.969
Depósitos judiciais	10.191	8.782	10.191	8.782
Atualização monetária de tributos a recuperar	182	1.007	236	1.093
Inadimplência CCEE	710	2.087	713	2.094
Atualização monetária referente a liminares CCEE	38.937	-	38.937	-
Outras	1.010	-	1.010	-
(-) PIS e COFINS	(2.231)	(2.131)	(2.231)	(2.131)
Outras receitas financeiras	88	116	107	122
	86.226	42.728	90.963	45.853
Despesas				
Juros	(90.853)	(110.409)	(90.853)	(110.409)
Debêntures	(90.756)	(110.303)	(90.756)	(110.303)
Outros	(97)	(106)	(97)	(106)
Variações monetárias	(34.700)	(81.209)	(34.700)	(81.209)
Atualização monetária referente a liminares CCEE	(1.152)	(31.084)	(1.152)	(31.084)
Provisões para riscos	(2.326)	(2.337)	(2.326)	(2.337)
Debêntures	(14.585)	(33.261)	(14.585)	(33.261)
Outras	(16.637)	(14.527)	(16.637)	(14.527)
Despesas plano de pensão	(1.845)	(6.076)	(1.845)	(6.076)
Outras despesas financeiras	(1.555)	(2.476)	(1.557)	(2.482)
	(128.953)	(200.170)	(128.955)	(200.176)
	(42.727)	(157.442)	(37.992)	(154.323)

23. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

23.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

23.1.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		454.206			323.608	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(113.552)	(40.879)	(154.431)	(80.902)	(29.125)	(110.027)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	-	-	-	2.260	(73)	2.187
Equivalência patrimonial de controlada	2.430	874	3.304	(5.548)	(1.997)	(7.545)
Juros sobre capital próprio	27.500	9.901	37.401	25.000	9.000	34.000
Doações Incentivadas	2.644	-	2.644	2.852	-	2.852
Diferenças temporárias sem constituição de IR/CS diferido	(187)	(67)	(254)	-	-	-
Incentivos fiscais	9	-	9	-	-	-
Outras (adições) permanentes, líquidas	(922)	(340)	(1.262)	(1.349)	(501)	(1.850)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(82.078)	(30.511)	(112.589)	(57.687)	(22.696)	(80.383)
IRPJ e CSLL correntes	85.721	31.823	117.544	72.761	27.857	100.618
IRPJ e CSLL diferidos	(3.643)	(1.312)	(4.955)	(15.074)	(5.161)	(20.235)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	82.078	30.511	112.589	57.687	22.696	80.383
Alíquota efetiva	18,1%	6,7%	24,8%	17,8%	7,0%	24,8%

	Consolidado					
	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		456.685			325.602	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(114.171)	(41.102)	(155.273)	(81.401)	(29.304)	(110.705)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	-	-	-	2.260	(73)	2.187
Juros sobre capital próprio	27.500	9.901	37.401	25.000	9.000	34.000
Doações Incentivadas	2.644	-	2.644	2.852	-	2.852
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	1.307	361	1.668	(5.665)	(3.196)	(8.861)
Diferenças temporárias sem constituição de IR/CS diferido	(187)	(67)	(254)	-	-	-
Incentivos fiscais	9	-	9	-	-	-
Outras (adições) permanentes, líquidas	(923)	(340)	(1.263)	(1.349)	(501)	(1.850)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(83.821)	(31.247)	(115.068)	(58.303)	(24.074)	(82.377)
IRPJ e CSLL correntes	87.464	32.559	120.023	73.377	29.235	102.612
IRPJ e CSLL diferidos	(3.643)	(1.312)	(4.955)	(15.074)	(5.161)	(20.235)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	83.821	31.247	115.068	58.303	24.074	82.377
Alíquota efetiva	18,4%	6,8%	25,2%	17,9%	7,4%	25,3%

23.2. Tributos diferidos

23.2.1. Política contábil

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 / IAS 1 — Apresentação das demonstrações financeiras.

	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	302.028	107.577	409.605	339.913	121.215	461.128
Liminares CCEE (GF)	30.261	10.894	41.155	39.707	14.295	54.002
Provisões para riscos	24.444	8.800	33.244	10.626	3.825	14.451
Benefício fiscal	5.606	2.018	7.624	6.835	2.461	9.296
Participação nos lucros e resultados	1.997	719	2.716	1.933	696	2.629
Amortização de direito de uso	92	33	125	117	42	159
Valores recebidos a maior RTE	88	32	120	78	28	106
Outras provisões	1.256	452	1.708	1.656	596	2.252
Total	365.772	130.525	496.297	400.865	143.158	544.023
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(157.707)	(56.775)	(214.482)	(175.908)	(63.327)	(239.235)
Imobilizado - ICPC 10 - Custo atribuído	(81.461)	(29.326)	(110.787)	(101.839)	(36.662)	(138.501)
Mais-valia - investimento em controlada	(6.513)	(2.345)	(8.858)	(6.513)	(2.345)	(8.858)
Ajuste atuarial plano de pensão	(2.688)	(968)	(3.656)	(1.034)	(372)	(1.406)
Total	(248.369)	(89.414)	(337.783)	(285.294)	(102.706)	(388.000)
Imposto diferido líquido	117.403	41.111	158.514	115.571	40.452	156.023

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27 / IAS 16 – Ativo imobilizado e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 a Companhia reconheceu o valor justo de certos ativos imobilizados (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição, acima apresentado no quadro como Ajuste de avaliação patrimonial.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação.

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	2024	2025	2026	2027	2028	a partir de 2029	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.587	(40.582)	(21.620)	(1.818)	(1.932)	201.879	158.514

23.3. Benefício fiscal – Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. (“Duke Sudeste”), em fevereiro de 2002 teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial, segue sua composição:

	2023			2022		
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Ágio	Provisão	Valor líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	305.406	(201.568)	103.838
Realização	(282.967)	186.754	(96.213)	(278.052)	183.510	(94.542)
Saldos no final do exercício	22.439	(14.814)	7.625	27.354	(18.058)	9.296

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal — imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado

no balanço patrimonial como aumento desses mesmos tributos no ativo não circulante, na rubrica “Impostos diferidos”. Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado do exercício conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Amortização do ágio	(4.915)	(5.506)
Reversão da provisão	3.244	3.634
Benefício fiscal	1.671	1.872
	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Realização estimada	1.492	1.332	1.190	1.062	948	1.601	7.625

24. Lucro por ação

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	Controladora	
	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia igualmente entre as classes de ações		
Preferenciais	227.743	162.149
Ordinárias	113.874	81.076
	341.617	243.225
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Preferenciais	62.955	62.955
Ordinárias	31.478	31.478
	94.433	94.433
Resultado básico e diluído por ação		
Preferenciais	3,61756	2,57564
Ordinárias	3,61756	2,57564

25. Instrumentos financeiros

25.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

25.2. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Diretoria determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

25.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

25.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

25.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Grupo possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao da privatização das controladas, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

25.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

25.6.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros do grupo estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
			2023		2022	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	115	115	65	65
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	427.945	427.945	220.863	220.863
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.764	1.764	1.401	1.401
Clientes	Custo amortizado	-	190.437	190.437	176.358	176.358
Depósitos Judiciais	Custo amortizado	-	67.479	67.479	62.846	62.846
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	993	993	1.867	1.867
			688.733	688.733	463.400	463.400
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	463.936	463.936	500.168	500.168
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	41.342	41.342	43.500	43.500
Debêntures	Custo amortizado	-	755.938	721.780	979.230	951.989
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	-	380.856	380.856	163.156	163.156
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	4.621	4.621	3.337	3.337
			1.646.693	1.612.535	1.689.391	1.662.150

26. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros que englobam a Rio Paranapanema e que levam em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades suas e de suas Controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Risco operacional	04/08/2023 a 04/08/2024	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2023 a 04/08/2024	140.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2023 a 04/08/2024	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2023 a 08/12/2024	150.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

27. Transações não caixa

	Consolidado	
	2023	2022
Dividendos propostos / intermediários	286.050	76.878
Juros sobre o capital próprio a pagar	93.500	85.000
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	82.412	90.943
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	(28.020)	(30.921)
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	6.618	31.080
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	(2.250)	(10.567)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	628	4.880
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultado atuarial	(214)	(1.659)

28. Compromissos

28.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

Contratos	Compromissos até
ACL - Contratos bilaterais	2027

Membros da Administração

Conselho de Administração

Liyi Zhang
Presidente

Evandro Leite Vasconcelos
Membro Efetivo

Monica Lulling
Membro Efetivo

Autair Carrer
Membro Suplente

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Presidente

François Moreau
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington
Conselheiro Suplente

Edgard Massao Raffaelli
Conselheiro Suplente

Luis Antonio Esteves Noel
Conselheiro Suplente

Diretoria Estatutária

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia

Márcio José Peres
Diretor Executivo de Operações

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor Executivo Financeiro

Vitor Hugo Lazzareschi
Diretor Executivo Comercial

Antônio dos Santos Entraut Junior
Contador CRC - PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Paranapanema Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rio Paranapanema Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos (passivos contingentes e regulatórios)

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 12 e nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui estimativa contábil relacionada à provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais e regulatórios. A determinação da probabilidade de perda, assim como a definição da exposição à perda, requer o exercício de julgamento significativo da Diretoria, em conjunto com seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total da provisão para riscos (passivos contingentes), líquido dos depósitos judiciais diretamente relacionados, é de R\$97.205mil na controladora, o valor referente aos processos cuja probabilidade de êxito foi considerada possível é de R\$294.653 mil na controladora, e o saldo referente à liminar da garantia física é de R\$384.841 (passivos regulatórios). Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido para definir a probabilidade de perda, a subjetividade para mensurar as provisões e elaborar as divulgações necessárias para as demonstrações financeiras, com a utilização de conhecimento técnico e análise de jurisprudências, consideramos a mensuração da provisão para riscos como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de reconhecimento da provisão para riscos e divulgação dos processos relevantes; (ii) confirmação externa com a totalidade dos escritórios advocatícios que patrocinam as causas em base interina e atualização dos processos na data-base 31 de dezembro de 2023; (iii) análise da movimentação dos saldos provisionados; (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração e divulgação da provisão para riscos da Companhia e de sua controlada e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração da provisão para riscos adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 12 e nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Rio Parapanema Energia S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 3º andar, Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2024, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, as Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração, a Proposta para Distribuição do Resultado e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nas atuais versões (arquivadas na sede da Companhia nessa data). Com base nos exames efetuados, observadas as análises levadas a efeito e os esclarecimentos apresentados pelos administradores da Companhia e pela auditoria independente, o Conselho Fiscal, **por maioria de seus membros, opina favoravelmente, sem qualquer ressalva**, pelo encaminhamento das contas do exercício de 2023 para apreciação em assembleia geral ordinária, para os devidos fins de direito. Referido parecer poderá ser revisado, caso exista alguma alteração relevante ou evento subsequente que ocorra entre esta data e a data de sua publicação.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

Ary Waddington

Presidente do Conselho Fiscal

Declaração do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Rio Parapanema Energia S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, Bairro Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.998.301/0001-81, declaram que:

(i) examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e

(ii) manifestaram sua inteira concordância, por maioria, quanto aos referidos documentos. Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, a realizar-se em 30 de abril de 2024.

Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração da Companhia que os citados documentos merecem a aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2024.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

Zhang Liyi

Presidente do Conselho de Administração

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva // Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor Presidente e de Relação com Investidores // Diretor Executivo